EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PE–RP – SME
Nº 2093/2026

1. INTRODUÇÃO

1.1 – O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio da Secretaria Municipal de Educação, torna público que fará realizar licitação, sob a modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, pelo critério de julgamento menor preço por item para REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de TROFÉUS personalizados e PLACAS de premiação, pertencente(s) à(s) classe(s) 8455 e 9999, devidamente descritos, caracterizados e especificados neste Edital e/ou no Termo de Referência, na forma da lei.

1.2 – A presente licitação se rege por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente, pelas normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – **Lei de Responsabilidade Fiscal**, pelo **Código de Defesa do Consumidor**, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações, pelo Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro – **CAF**, instituído pela Lei nº 207/80, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar nº 1/90, pelo Regulamento Geral do Código supra citado – **RGCAF**, aprovado pelo Decreto Municipal nº 3.221/81, e suas alterações, e pelos **Decretos Municipais nº 27.715/2007, 31.349/2009, 46.195/2019, 49.415/2021, 51.078/2022, 51.260/2022, 51.628/2022, 51.629/2022, 51.631/2022, 51.632/2022, 51.634/2022, 51.635/2022** e **Decreto Rio nº 57.409/2025,** com suas alterações posteriores, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.

1.3 – A presente licitação será processada exclusivamente por meio eletrônico, sendo utilizado o Sistema Portal de Compras do Governo Federal , disponibilizado e processado no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br , mantido pelo Governo Federal, e regulamentado pelo Decreto Federal nº 10.024/2019, a que as licitantes interessadas se

submetem, devendo providenciar o seu credenciamento junto ao referido sistema, no sítio antes indicado, para obtenção da chave de identificação e da senha, antes da data determinada para a realização do Pregão Eletrônico.

1.3.1 – O Edital será disponibilizado no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br bem como no Portal de Compras da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (E-Compras-Rio), no endereço eletrônico http://ecomprasrio.rio.rj.gov.br.

1.4 – As retificações do Edital obrigarão todas as licitantes e serão divulgadas pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

1.5 – A licitação que é objeto do presente Edital poderá ser adiada ou revogada por razões de interesse público, sem que caiba às licitantes qualquer direito a reclamação ou indenização por estes motivos, de acordo com o art. 387 do RGCAF c/c o art.71, inciso II e §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.6 – Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, endereçado ao correio eletrônico licitacaosme@rioeduca.net.

1.6.1 – O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

1.7 – Os interessados poderão formular impugnações até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública por meio eletrônico, endereçado ao correio eletrônico: licitacaosme@rioeduca.net.

1.7.1 – Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

1.8 – A licitação não prosseguirá nos atos ulteriores até que sejam prestados os esclarecimentos ou respondidas as impugnações existentes. Oferecida a resposta da Administração, a sessão pública de abertura da licitação será realizada nos prazos indicados no item 3.1, conforme o caso, no mesmo horário e local, salvo quando houver designação expressa de outra data pelo Pregoeiro a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

2. AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO

2.1 – Autorização da Ilma Sra. Subsecretária de Gestão da Secretaria Municipal de Educação (conforme art. 252 do CAF), constante do Processo Administrativo nº 000700.010521/2026-25 de 19/08/2026, publicada no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO de 29/10/2026.

3. DIA, HORÁRIO E LOCAL DA ABERTURA DA LICITAÇÃO

3.1 – No dia 08 de dezembro de 2026, às 11h, o Pregoeiro iniciará a sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PE–RP – SME Nº 2093/2026, no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br (Portal de Compras do Governo Federal).

3.2 – No caso de a licitação não poder ser realizada na data estabelecida, será adiada para o primeiro dia útil posterior, no mesmo horário e local, salvo designação expressa de outra data pelo Pregoeiro a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

4. OBJETO

4.1 – O objeto da presente licitação é o registro de preços para a aquisição de TROFÉUS personalizados e PLACAS de premiação, pertencente(s) à(s) classe(s) 8455 e 9999, conforme as especificações constantes deste Edital e/ou do Termo de Referência.

4.1.1 – O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.1.2 – O licitante não poderá propor preços diferentes em função dos locais de entrega.

4.2 – Será reservada exclusivamente para microempresas e empresas de pequeno porte uma cota de aproximadamente 10% (dez por cento) do valor estimado do registro de preços, conforme especificações constantes deste Edital e/ou Termo de Referência. Os itens 3 e 4, cujos valores estimados são inferiores a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), destinam-se à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

4.2.1 - Será dada prioridade à aquisição dos produtos das cotas reservadas às microempresas e empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada se mostrar inadequada para atender às quantidades ou às condições do pedido.

5. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 – Os recursos necessários à aquisição do objeto ora licitado correrão à conta de dotação orçamentária própria:
SME – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE TRABALHO: 10.1601.16001.12.368.9807.4967
CÓDIGO DE DESPESA: 3.3.90.31

5.2 – O demonstrativo contendo a estimativa prevista encontra–se no Anexo II, totalizando a importância de R$ 174.729,60 (cento e setenta e quatro mil e setecentos e vinte e nove reais e sessenta centavos).

6. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

6.1 – O critério de julgamento da presente licitação é o menor preço por item.

7. PRAZOS

7.1 A contratação terá eficácia a partir da data da publicação do instrumento correspondente no Portal Nacional de Contratações Públicas e vigorará por 12 meses contados da referida publicação ou da data estabelecida no memorando de início, se posterior.

7.2 – O prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.3 – A entrega do(s) bem(ns) que é(são) objeto do presente Edital deverá ocorrer no prazo e nas condições previstas no Termo de Referência ou em documento próprio de autorização de fornecimento a ser expedido pelo setor competente da SME.

7.4 – A garantia contratual foi dispensada, na forma do Termo de Referência, sem prejuízo da garantia legal de adequação do produto assegurada por meio da aplicação integral das garantias legais previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90).

7.5 – As licitantes ficam obrigadas a manter a validade da proposta por **120 (cento e vinte) dias**, contados da data da realização da licitação.

7.6 – Decorrido o prazo consignado no item anterior sem que tenha havido convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, as licitantes ficarão liberadas de quaisquer compromissos assumidos.

7.7 – As Atas de Registro de Preços vigorarão pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir da data da sua publicação no Diário Oficial do Município – D.O. RIO, acompanhada da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Portal de Compras da Prefeitura do Rio de Janeiro (E–Compras Rio).

7.7.1 – No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

7.7.2 – O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado, observado o prazo máximo de vigência de 1 (um)

ano, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do item 7.7.

7.7.3 – A prorrogação do prazo da Ata de Registro de Preços deverá considerar, além do preço, o desempenho das empresas na execução das obrigações anteriormente assumidas.

7.7.4 – A prorrogação da vigência da ata de registro de preços deve ser precedida de ampla pesquisa de mercado, a fim de verificar a adequação dos preços registrados aos parâmetros de mercado no momento da prorrogação, aferida por meio dos parâmetros previstos no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

8.1 – Para a participação nesta licitação é necessário que o interessado esteja previamente credenciado junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e junto ao Portal de Compras do Governo Federal (https://www.gov.br/compras/pt-br), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP - Brasil.

8.2 – Para participação no Pregão Eletrônico, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

8.3 – A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado, ao acessar, inicialmente, o ambiente eletrônico de contratações, declare, nos campos próprios, que inexiste qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, que conhece e aceita o regulamento do sistema de compras eletrônicas relativo ao Pregão Eletrônico e que se responsabiliza pela origem e procedência dos bens que cotar.

8.4 – A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

8.5 – Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada pregão eletrônico.

8.6 – O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

8.7 – Não serão admitidas nesta licitação as empresas suspensas do direito de licitar, no prazo e nas condições do impedimento, e as declaradas inidôneas pela Administração Direta ou Indireta, assim como as empresas e/ou seu sócio majoritário que tenham sido apenados com proibição de contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/1992 e alterações posteriores.

8.8 – Será permitida a participação de sociedades cooperativas, desde que apresentem a documentação de habilitação descrita no subitem (A.7) do item 13.

8.9 – Não será permitida a participação em consórcio.

8.10 – As operações societárias promovidas pela empresa licitante ou contratada deverão ser submetidas à prévia aprovação da Secretaria Municipal de Educação, para verificação de suas implicações com o objeto do Contrato, que poderá ser extinto em qualquer hipótese de prejuízo ou elevação de risco para o seu cumprimento.

8.11 – Não será permitida a participação de licitantes cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam servidores da Administração Direta ou Indireta do Município, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data desta licitação. Será vedada também a participação de licitantes que possuam em seus quadros funcionais profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da Administração Direta ou Indireta do Município, nos últimos 12 (doze) meses, devendo apresentar declaração de atendimento a tal requisito.

8.12 – Não serão aceitas na presente licitação as licitantes que tenham participado da elaboração do(s) projeto(s) relacionado(s) ao objeto desta licitação, bem como aquelas cujo

quadro técnico seja integrado por profissional que tenha atuado como autor ou colaborador do Termo de Referência.

8.13 – Não será permitida a participação de licitantes que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

8.13.1 - Não será permitida a participação de licitantes quando caracterizar nepotismo, conflito de interesses, tráfico de influência ou qualquer das vedações contidas no Decreto Rio nº 51.260/2022.

8.14 – Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si, conforme o inciso V do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.15 – Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

8.16 – As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, visando à habilitação, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo federal.

8.16.1 – A empresa estrangeira, que concorrer isoladamente ou como líder de consórcio, deve informar endereço de representante em território brasileiro, com poderes para receber intimação e citação, bem como endereço eletrônico para comunicações.

8.17 – O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

8.18 – É vedada a participação do órgão ou entidade promotora da licitação em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no respectivo edital.

9. CREDENCIAMENTO

9.1 – Todo o procedimento para credenciamento e cadastramento consta do "Manual do Fornecedor", disponibilizado no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br.

9.1.1 – O credenciamento dar–se–á pela atribuição de chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG – Sistema de Compras do Governo Federal.

9.1.2 – O referido credenciamento depende de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

9.1.2.1 – É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados nos itens 9.1.1 e 9.1.2 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.1.3 – O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilização legal da licitante e do seu representante legal, além da presunção de sua capacidade técnica para realizar transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

9.1.4 – É de exclusiva responsabilidade da licitante a utilização da senha de acesso, inclusive qualquer transação efetuada diretamente ou por representante, não sendo cabível ao Provedor do Sistema ou à Secretaria Municipal de Educação, promotor da presente licitação, responsabilidades por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

9.1.5 – A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio do acesso.

10. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇO E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1 – Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública prevista no item 3.1.

10.1.1 – A etapa de que trata o item 10.1 será encerrada com a abertura da sessão pública.

10.1.2 – As propostas de preço serão ofertadas com base no menor preço por item do objeto licitado.

10.1.3 – As microempresas e as empresas de pequeno porte poderão apresentar propostas tanto para a cota principal como para a cota reservada.

10.2 – Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

10.3 – No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

10.3.1 – está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

10.3.2 – não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

10.3.3 – não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

10.3.4 – cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.3.5 – O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.4. A falsidade da declaração de que tratam os itens 10.3.1/10.3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

10.5 – As licitantes poderão retirar ou substituir suas propostas inseridas no sistema, até a abertura da sessão pública da presente licitação, no dia e horário previstos no item 3.1.

10.5.1 – A proposta do licitante melhor classificado somente será disponibilizada para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

10.5.2 – Encerrada a etapa de lances e negociação, o pregoeiro examinará a proposta do licitante mais bem classificado quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado, a sua exequibilidade e adequação do objeto e, depois, solicitará a apresentação da Proposta Final, a Planilha de Custos e Formação de Preços quando solicitada no Edital e seus anexos e Documentos de Habilitação descrito no item 13, no prazo de 03 (três) horas, contados da convocação feita pelo Pregoeiro no sistema eletrônico.

10.5.3 - O prazo estabelecido no item 10.5.2 pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo.

10.5.4 – Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante

melhor classificado após o encerramento do envio de lances, em formato digital, nos termos do item 12.4.2.

10.5.5 – O pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhe atribuirá validade e eficácia para fins de classificação.

10.5.6 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 10.5.5, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

10.5.7 – Não será estabelecida nesta etapa do certame ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização de procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

10.6 – No preço proposto serão computadas todas as despesas para a entrega do(s) bem(ns), incluindo a totalidade dos custos diretos e indiretos do objeto da presente licitação, constituindo obrigação da CONTRATADA o pagamento dos salários de todos os seus empregados e respectivos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e securitários, bem como todos os tributos, encargos fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, inclusive seguros, multas, e outras despesas relacionadas ao objeto da licitação e quaisquer despesas extras e necessárias não especificadas neste Edital, mas julgadas essenciais ao cumprimento do objeto desta licitação.

10.6.1 – Os **custos indiretos**, relacionados com as despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental do objeto licitado, entre outros fatores vinculados ao seu ciclo de vida, poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio, sempre que objetivamente mensuráveis, conforme disposto em regulamento.

10.7 – Nenhuma reivindicação para pagamento adicional será considerada se decorrer de erro ou má interpretação do objeto licitado ou deste Edital. Considerar–se–á que os preços propostos são completos e suficientes para pagar todos os bens.

10.8 – A licitante deverá remeter a proposta de preços devidamente adequada aos preços ofertados na fase competitiva em arquivo único compactado, no curso da sessão pública, quando solicitada a fazê–lo pelo Pregoeiro.

10.9 – As licitantes arcarão com todos os custos relativos à apresentação das suas propostas. A Secretaria Municipal de Educação, em nenhuma hipótese, será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na licitação ou os seus resultados.

10.10 – Incumbirá, ainda, à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

10.11 – A licitante que se enquadre como microempresa ou empresa de pequeno porte e que queira usufruir do tratamento privilegiado assegurado pelo Decreto Municipal nº 31.349/2009 e pela Lei Complementar Federal nº 123/2006, deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos previstos no referido diploma legal, especialmente no seu art. 3º, sob as penas da lei, em especial do art. 299 do Código Penal.

10.11.1 – A falta da declaração de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte não conduzirá ao seu afastamento da licitação, mas tão somente dos benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

10.11.2 – A apresentação de declaração falsa de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte implicará a sua inabilitação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

10.12 – O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento no sistema eletrônico de todos os campos pertinentes.

10.13. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

11. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

11.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

11.1.1 – Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

11.1.2 – O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

11.2 – O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

11.2.1. O Pregoeiro deverá proceder primeiramente à abertura das propostas e à recepção dos lances das licitantes que disputam a cota principal e, após, à abertura das propostas e recepção dos lances das licitantes que disputam a cota reservada.

11.3 – Serão desclassificadas as propostas:
a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
b) que contiverem vícios insanáveis;
c) que apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido;
e) que apresentarem desconformidade insanável com quaisquer outras exigências do Edital;
f) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
g) que por ação da licitante ofertante contenha elementos que permitam a sua identificação;
h) que não tenha indicado a marca dos produtos cotados;
i) cujo objeto esteja desacompanhado da documentação técnica/certificação exigida no Termo de Referência.

11.3.1 – A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

11.4 – Após a análise das propostas de preço será divulgada nova grade ordenatória pelo sistema contendo a relação com as propostas classificadas e aquelas desclassificadas mediante decisão motivada do Pregoeiro.

11.5 – O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da etapa de lances.

11.6 – A etapa de lances será realizada exclusivamente por meio do sistema eletrônico para os autores das propostas classificadas.

11.7 – Para a etapa de lances neste pregão eletrônico será adotado o modo de disputa aberto e fechado.

11.8 – Aberta a etapa de lances, as licitantes classificadas deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do recebimento do seu lance e do valor consignado no registro.

11.8.1 – Não se admite que o licitante ofereça proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no item.

11.9 – As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação pertinentes.

11.9.1 – O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado no sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

11.9.1.1 – O intervalo mínimo de diferença entre os lances será de 0,10 (zero vírgula dez ponto percentual), aplicável tanto aos lances intermediários quanto ao lance destinado a cobrir a melhor oferta.

11.9.2 – Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.9.3 – Durante o transcurso da etapa de lances, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

11.9.4 – Não poderá haver desistência dos lances ofertados, a não ser em situação devidamente justificada e aceita pelo Pregoeiro, sujeitando–se a licitante às penalidades previstas no item 24 deste edital.

11.10 – A etapa de envio de lances na sessão pública durará 15 (quinze) minutos.

11.10.1 – Encerrado o prazo previsto no item 11.10, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de dez minutos, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

11.10.2 – Encerrado o prazo previsto no item 11.10.1, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de melhor valor e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento desse prazo.

11.10.3 – Na ausência de, no mínimo, 3 (três) ofertas nas condições de que trata o item 11.10.2, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

11.10.4 – Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 11.10.2 e 11.10.3, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

11.10.5 – Na ausência de lance final e fechado, nos termos dos itens 11.10.2 e 11.10.3, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de 3 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no item 11.10.4.

11.10.6 – Na hipótese de não haver licitante classificada na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do item 11.10.5.

11.11 - Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

11.11.1 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

11.11.2 - A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

11.11.3 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

11.12 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

11.13 - A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

11.14 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.15 - O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

11.16 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DIREITO DE PREFERÊNCIA

12.1 – Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério do menor preço por item, sendo considerada mais bem classificada a licitante que, ao final da etapa de lances do pregão eletrônico, tenha apresentado lance(s) cujo(s) valor(es) seja(m) igual(is) ou inferior(es) ao(s) previsto(s) para cada item na estimativa de valores (Anexo II).

12.1.1 – Caso não venham a ser ofertados lances, será considerada vencedora a licitante que, ao final da etapa competitiva do pregão eletrônico, tenha apresentado proposta(s) cujo(s) valor(es) seja(m) igual(is) ou inferior(es) ao(s) previsto(s) para cada item na estimativa de valores (Anexo II).

12.1.2. Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou, diante de sua recusa, as licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.

12.1.3. Se a mesma microempresa ou empresa de pequeno porte vencer a cota principal e a cota reservada, a contratação da cota reservada deverá ocorrer pelo menor preço.

12.2 - Havendo empate na disputa pela cota principal será assegurada às microempresas e empresas de pequeno porte preferência na contratação, em relação à(s) empresa(s) que não detenha(m) essa condição.

12.2.1 – Apenas após a classificação das propostas, as licitantes que se enquadrem como microempresas ou empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006, poderão manifestar esta condição, sendo proibido, sob pena de exclusão deste procedimento, identificarem–se como tal antes do momento determinado neste subitem.

12.2.2 - Para efeito da verificação da existência de empate, no caso das microempresas e empresas de pequeno porte, serão consideradas as propostas por estas apresentadas para a cota principal iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) àquela mais bem classificada.

12.2.3 – Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder–se–á da seguinte forma:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar proposta de preço inferior àquela até então considerada a melhor oferta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento da fase de lances, sob pena de preclusão;

b) Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada apresente proposta de preço inferior, esta será considerada a melhor oferta;

c) Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada não apresente proposta de preço inferior, serão convocadas, na ordem classificatória, as demais microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem na situação de empate antes prevista, para o exercício de igual direito;

d) No caso de equivalência nos valores apresentados por mais de uma microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrem na situação de empate antes prevista, será convocada primeiro para apresentar melhor oferta aquela que tenha tido o seu último lance recebido e registrado em primeiro lugar.

12.2.4 - Caso nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte venha a ser contratada pelo critério de desempate para a cota principal, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente mais bem classificada do certame.

12.2.5 – Somente haverá aplicação do disposto nos itens acima quando a proposta originalmente mais bem classificada do certame não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

12.3 – Inexistindo proposta de microempresas ou empresas de pequeno porte em situação de empate para a cota principal, conforme previsto no item 12.2, serão observadas, quanto às demais propostas em situação de empate, as preferências dispostas no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021. As mesmas preferências deverão ser observadas em caso de empate entre microempresas e empresas de pequeno porte em disputa pela cota reservada.

12.3.1 – Na hipótese de o disposto no item 12.3 não ser suficiente para solucionar o empate, serão observados, quanto às propostas em situação de empate, os demais critérios e preferências previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.3.2 - Enquanto não houver parametrização do Sistema de Compras do Governo Federal (Compras.gov.br) que viabilize a operacionalização do critério de desempate previsto no inciso II do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, ficará circunstancialmente inviabilizada sua aplicação.

12.3.3 – Persistindo situação de empate após a disputa final, o Sistema de Compras do Governo Federal (Compras.gov.br) promoverá a aplicação automatizada dos critérios de desempate, com base nas declarações prestadas pelas licitantes no sistema, observada a ordem estabelecida no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.3.4 – O sorteio constitui critério residual de desempate, aplicável quando, após a observância dos critérios e preferências legalmente previstos, permanecerem duas ou mais propostas em situação de igualdade.

12.3.5 – Após a aplicação automatizada dos critérios de desempate pelo sistema, inclusive do sorteio, quando necessário, será realizada a conferência documental dos critérios previstos nos incisos III e IV do art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, em relação às

licitantes empatadas que tenham declarado possuir as condições correspondentes e que tenham sido beneficiadas por tais critérios na ordenação promovida pelo sistema.

12.3.6 – A comprovação dos critérios referidos no item anterior observará, conforme o caso, o disposto nos Decretos Rio nº 51.632/2022 e nº 51.631/2022, com suas alterações posteriores.

12.3.7 – A ausência ou insuficiência de comprovação implicará o não reconhecimento do direito à preferência correspondente, sem constituir, por si só, causa de desclassificação da proposta. Caso a conferência documental resulte em ordenamento diverso daquele promovido pelo sistema, a nova ordem será registrada e fundamentada por meio de mensagem lançada no sistema.

12.3.8 – – Tendo o sorteio sido previamente realizado pelo Sistema de Compras do Governo Federal (Compras.gov.br), caso persista situação de empate após a conferência documental prevista nos itens anteriores, será preservada, sempre que possível, a ordem relativa resultante do sorteio realizado pelo sistema, desde que seu aproveitamento assegure igualdade de condições entre todas as licitantes que permanecerem empatadas.

12.4 – Após o encerramento das etapas anteriores, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante mais bem classificada para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas em edital.

12.4.1 – A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.4.2 – Haverá um prazo de 03 horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para corrigir documentos enviados anteriormente que apresentem erros e falhas ou acrescentar documentos ausentes identificados pelo pregoeiro e pela equipe de apoio, além dos documentos complementares conforme o item 10.5.4. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes do findo o prazo.

12.5 – O Pregoeiro anunciará a licitante detentora da proposta ou do lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o

caso, após negociação e decisão pelo Presidente da Comissão/Agente de Contratação acerca da aceitação da proposta ou do lance de menor valor.

12.6 – Nas hipóteses em que se configurarem preços inexequíveis, o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, por meio de diligência, averiguarão se a oferta da licitante é viável, dando–lhe a oportunidade de comprovar, documentalmente, serem os custos dos insumos coerentes com os de mercado e os coeficientes de produtividade compatíveis com a execução do objeto licitado, demonstrando a exequibilidade de sua proposta.

12.7 – A Secretaria Municipal de Educação poderá requisitar, a qualquer momento, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, amostra(s) do(s) bem(ns) objeto da presente licitação, na forma do Termo de Referência.

12.7.1 – Durante a licitação, em caso de divergência entre as referidas amostras e as especificações deste Edital e/ou do Termo de Referência, as propostas serão desclassificadas.

12.7.2 – Na hipótese de não entrega ou de rejeição do produto apresentado pelo primeiro colocado, serão convocados os licitantes subsequentes na ordem de classificação provisória.

12.7.3 – Para além de homologação de amostra na fase de julgamento das propostas, a Administração poderá exigir amostra ou prova de conceito do bem no período de vigência do Contrato e/ou da Ata de Registro de Preços, desde que justificada a necessidade de sua apresentação.

12.8 – Na hipótese de desclassificação de todas as propostas, o Pregoeiro deverá declarar a licitação frustrada.

12.9 – Encerradas as negociações, deve ser apresentada a ordem de classificação de todas as participantes.

12.9.1 – Estabelecida a ordem de classificação, deve ser verificado se a oferta de menor valor e se a oferta da microempresa ou empresa de pequeno porte com melhor classificação são consideradas aceitáveis.

12.9.2. Ultrapassados os procedimentos descritos no item 12.9 e no subitem 12.9.1, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação, observando as seguintes diretrizes:

a) O Pregoeiro deverá efetuar consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, de modo a não admitir a permanência, no certame, de licitante declarada suspensa de participar em licitações, impedida de contratar com a Administração ou declarada inidônea.

b) O Pregoeiro verificará o atendimento das condições de habilitação da licitante detentora da oferta de menor valor, por meio de consulta *on line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como apreciará a documentação complementar descrita no item 13 deste edital;

c) Caso os dados e informações existentes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF não atendam aos requisitos estabelecidos no item 13 deste edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos que julgar adequados;

c.1) Essa verificação será registrada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos do processo administrativo respectivo os documentos obtidos por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;

d) A(s) licitante(s) deverá(ão) remeter sua documentação de habilitação em arquivo único compactado, nos termos do item 10.1. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos serão enviados em formato digital, via Portal de Compras do Governo Federal, observado o item 12.4.2.

e) O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública pelo prazo que fixar para a realização de diligências para confirmar a regularidade da(s) licitante(s) quanto às condições de habilitação, indicando, desde logo, a data e hora em que a sessão será reaberta.

f) A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos equipamentos ou meios eletrônicos de consulta no momento da verificação a que se refere a

alínea “b”. Na hipótese de ocorrer essa indisponibilidade, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada.

g) Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

g.1) Caso a licitante detentora da oferta de menor valor seja microempresa ou empresa de pequeno porte, não é necessária a aplicação do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar Federal nº 123/2006 e no Decreto Municipal nº 31.349/2009, devendo ser observada a preferência para a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte situada em Zona Franca Social – ZFS – que oferecer preço superior em até 10% (dez por cento) do melhor preço válido, na forma da Lei Complementar Municipal nº 182/2017;

g.2) Caso a licitante detentora da oferta de menor valor não seja microempresa ou empresa de pequeno porte, mas ocorrer o empate ficto ou presumido, e sendo apresentada melhor proposta por microempresa ou empresa de pequeno porte, não é necessária a reserva de cota prevista no art. 48, inciso III, da Lei Complementar Federal nº 123/2006;

g.3) Caso não ocorram as situações descritas nas alíneas g.1 e g.2, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para indicar se poderá contratar 10% (dez por cento) do objeto licitado pelo preço apresentado na proposta vencedora (observada a preferência para contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte situada em Zona Franca Social que oferecer preço superior em até 10% do melhor preço válida, na forma da Lei Complementar Municipal nº 182/2017), hipótese em que a empresa de médio ou grande porte vencedora do certame será contratada para fornecer 90% (noventa por cento) do objeto licitado;

g.4) Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada na forma da alínea g.3 não aceite contratar 10% (dez por cento) do objeto licitado pelo preço apresentado na proposta vencedora, serão convocadas, na ordem de classificação, as demais microempresas ou empresas de pequeno porte para o exercício de igual direito.

12.10 – Se a oferta não for aceitável, permanecendo acima do máximo estipulado para a contratação no item 5.2, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o

Pregoeiro examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora.

12.10.1 – Na hipótese do art. 61, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, o Pregoeiro, após negociar com os demais licitantes, na ordem de classificação, decidirá sobre a aceitabilidade das propostas e, em caso positivo, observará quanto à verificação e comprovação da habilitação, o procedimento previsto no item 12.9.

12.11 – Na hipótese de inabilitação de todas as licitantes, o Pregoeiro deverá declarar a licitação frustrada.

12.12 – Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada em que estarão registrados todos os atos e ocorrências do procedimento, a qual será disponibilizada para consulta no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br.

12.13- Erros no preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços, quando solicitada no Edital e seus anexos não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

12.14 - Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de desclassificação da proposta.

12.15 - Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

12.16 - Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

12.17 - No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será desclassificada.

12.18 - Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

12.19. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

12.20 - Somente haverá a necessidade de apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

12.20.1 - A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.21 - Constatada a regularidade dos atos praticados pelo pregoeiro, a autoridade competente adjudicará o item da licitação à licitante vencedora e homologará.

13. HABILITAÇÃO

13.1 – O julgamento da habilitação se processará na forma prevista no item 12.9 deste Edital, mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito à:
(A) Documentação relativa à habilitação jurídica;
(B) Documentação relativa à habilitação econômico–financeira;
(C) Documentação relativa à habilitação fiscal;
(D) Documentação relativa à habilitação social e trabalhista;
(E) Documentação relativa à qualificação técnica.

13.1.1 – As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento previsto no art. 70, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2 – Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste Edital pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos, exceto nos casos admitidos pela legislação.

13.3 – Se os Certificados, Declarações, Registros e Certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, os referidos documentos deverão ter sido emitidos há, no máximo, 90 (noventa) dias, contados até a data da realização da licitação.

13.4 – A documentação exigida para atender as alíneas (A) à (E) poderá ser substituída pelo registo cadastral no SICAF e pelo Certificado de Cadastro de Fornecedor deste Município, desde que dentro do prazo de validade, e em sistemas semelhantes mantidos pelo Município, à exceção dos seguintes documentos mencionados no rol do subitem 26.6 da presente Minuta do Edital.

13.5 – O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação, sanar erros e falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação.

13.5.1 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização das diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 10.2.4, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

(A) – HABILITAÇÃO JURÍDICA

(A.1) Registro comercial, no caso de empresário individual;

(A.2) Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, com chancela digital na forma eletrônica ou tradicional, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado dos documentos de designação de seus administradores, caso designados em ato separado;

(A.3) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada da prova da composição da diretoria em exercício.

(A.3.a) A sociedade simples que não adotar um dos tipos societários regulados no Código Civil deverá mencionar no respectivo ato constitutivo as pessoas naturais incumbidas de sua administração, exceto se assumir a forma de sociedade cooperativa.

(A.4) A prova da investidura dos administradores da sociedade limitada eventualmente designados em ato separado do Contrato Social, mediante termo de posse no livro de atas da Administração e averbação no registro competente.

(A.5) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

(A.6) Na hipótese de existir alteração nos documentos citados acima posteriormente à constituição da sociedade, os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor.

(A.7) As sociedades cooperativas deverão fornecer os seguintes documentos, de forma atualizada e consolidada:

(A.7.a) Ato constitutivo;

(A.7.b) Estatuto acompanhado da ata da Assembleia que o aprovou;

(A.7.c) Regimento interno acompanhado da ata da Assembleia que o aprovou;

(A.7.d) Regimentos dos fundos instituídos pelos cooperados acompanhados das atas das Assembleias que os aprovaram;

(A.7.e) Atas das Assembleias Gerais em que foram eleitos os dirigentes e conselheiros da cooperativa;

(A.7.f) Registro de presença dos cooperados nas 03 (três) últimas Assembleias Gerais;

(A.7.g) Ata da sessão em que os cooperados autorizam a cooperativa a contratar o objeto deste certame, acompanhada dos documentos comprobatórios da data de ingresso de cada qual na cooperativa.

(A.7.h) Demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados.

(A.8) Declaração formal de que atende às disposições do art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 2º, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 19.381/2001, na forma do Anexo VII.

(B) – HABILITAÇÃO ECONÔMICO–FINANCEIRA

(B.1) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de sua sede ou domicílio ou em outro órgão equivalente, devendo apresentar:

(B.1.a) Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior que 1. Será considerado como Índice de Liquidez Geral o quociente da soma do Ativo Circulante com o Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante.

$$ILG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

(B.1.b) Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior que 1. Será considerado como índice de Liquidez Corrente o quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante.

$$ILC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

(B.1.c) Índice de Endividamento (IE) menor ou igual a 1. Será considerado Índice de Endividamento o quociente da divisão da soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante pelo Patrimônio Líquido.

$$IE = \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}$$

(B.1.1) – A licitante que utiliza a Escrituração Contábil Digital – ECD deverá apresentar o balanço patrimonial autenticado na forma eletrônica, pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, acompanhado do termo de autenticação eletrônica da Junta Comercial dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário.

(B.1.2) Serão considerados e aceitos como na forma da lei os balanços patrimoniais e demonstrações contábeis que contenham as seguintes exigências:

(B.1.2.1) Quando se tratar de sociedades anônimas, o balanço deverá ser apresentado em publicação em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia, observado o art. 289 da Lei Federal nº 6.404/76, ressalvada a hipótese das empresas enquadradas no art. 294 daquela legislação, que poderão fazer a sua apresentação em publicação eletrônica, na forma do disposto na Portaria ME n° 12.071/2021 do Ministério da Economia e suas sucessivas alterações;

(B.1.2.2) Quando se tratar de outro tipo societário, o balanço patrimonial acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário deverá ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, contendo:

(B.1.2.2.1) Quando se tratar de sociedade constituída a menos de um ano, essa deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

(B.1.2.2.2) Quando se tratar de sociedade constituída há menos de dois anos, os documentos referidos no item B.1 limitar–se–ão ao último exercício.

(B.2) A licitante que não alcançar o índice (ou quaisquer dos índices) acima exigido(s), conforme o caso, deverá comprovar que possui patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei.

(B.3) Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo Distribuidor da sede da licitante, caso se trate de pessoa jurídica sujeita ao regime falimentar, ou certidão negativa de insolvência civil, caso se trate de pessoa física ou sociedade simples. Para as licitantes sediadas na Cidade do Rio de Janeiro, a prova será feita mediante apresentação de certidões do 2º Ofício de Registro de Distribuição.

(B.3.1) A Pessoa Física ou Microempreendedor Individual – MEI deverá apresentar também certidões emitidas pelos 1º e 2º Ofícios de Interdições e Tutelas.

(B.3.2) As licitantes sediadas em outras comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar, juntamente com as certidões exigidas no item (B.3), declaração expedida pelo foro de sua sede, indicando os Cartórios ou Ofícios de Registro competentes para a distribuição dos feitos sobre falência ou insolvência civil, conforme o caso.

(B.4) O MEI (Microempreendedor Individual) para fins da habilitação econômico-financeira deverá apresentar a Declaração Anual Simplificada para o Microempreendedor Individual (DASN-SIMEI) ou sua substituta, a Declaração Única do MEI (DUMEI). Caso o MEI tenha sido constituído no mesmo exercício do lançamento da licitação, deverá apresentar os relatórios mensais de receita bruta, assinados pelo próprio Microempreendedor Individual.

(B.5) Exige–se dos licitantes, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, na forma do § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Anexo IX do Edital de Pregão Eletrônico nº 2093/2026.

(C) – HABILITAÇÃO FISCAL

(C.1) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF.

(C.2) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente à atividade empresarial objeto desta licitação.

(C.3) Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(C.3.a) A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, inclusive contribuições sociais, e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria–Geral da Fazenda Nacional –PGFN, da sede da licitante;

(C.3.b) A prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição estadual;

(C.3.c) A prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto

sobre Serviços de Qualquer Natureza e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal;

(C.3.c.1) No caso de licitante domiciliada no Município do Rio de Janeiro, essa deverá apresentar, além dos documentos listados no item acima, certidão de Situação Fiscal e Enfitêutica do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU. Não sendo a licitante proprietária do imóvel onde localizada a sua sede, deverá apresentar declaração própria, atestando essa circunstância.

(C.4) No caso de licitante domiciliada em outro município, mas que possua filial ou escritório no Município do Rio de Janeiro, essa deverá apresentar, em relação à filial ou ao escritório, certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e da certidão de Situação Fiscal e Enfitêutica do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal. Não sendo a licitante proprietária do imóvel onde localizada a sua filial ou escritório, deverá apresentar declaração própria atestando essa circunstância.

(C.5) Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF–FGTS.

(C.6) As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

(C.6.a) Caso a documentação apresentada pela microempresa ou empresa de pequeno porte contenha alguma restrição, lhe será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que o proponente for declarado o vencedor da licitação, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

(C.6.b) O prazo acima será prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, ressalvadas as hipóteses de urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho.

(C.6.c) A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo do disposto no art. 90, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

(C.7) No caso de licitante em recuperação judicial, a documentação indicada nos itens 13 (C.3), (C.4) e (C.5) poderá ser substituída por comprovação de decisão judicial em vigor, que determine a dispensa da apresentação de certidões negativas para que o devedor exerça suas atividades, observado o disposto no § 3º do art. 195 da Constituição Federal, nos termos do art. 52 da Lei Federal nº 11.101/2005.

(D) – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO SOCIAL E TRABALHISTA

(D.1) Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face de trabalhadores menores, emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, ou Declaração firmada pela licitante, na forma do Anexo VIII, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menor de dezesseis anos, salvo maiores de quatorze anos na condição de aprendiz, sob as penas da lei, consoante o disposto no Decreto Rio nº 23.445/2003.

(D.2) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo.

(D.3) Certidão emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego de que cumpre a exigência de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, prevista em lei, obtida no endereço eletrônico https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/ ou outro que venha substituí-lo, ou declaração de possuir menos de 100 (cem) empregados, na forma do Anexo XII.

(D4) Certidão emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego de que cumpre a exigência de contratação de aprendiz, prevista em lei, obtida no endereço eletrônico

https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/ ou outro que venha substituí-lo, sendo dispensadas de tal exigência as microempresas e empresas de pequeno porte.

(D.5) As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

(D.5.a) Caso a documentação apresentada pela microempresa ou empresa de pequeno porte contenha alguma restrição, lhe será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que o proponente for declarado o vencedor da licitação, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

(E) – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

(E.1) Prova de registro da licitante na entidade de fiscalização profissional competente, se couber.

(E.2) Prova de aptidão da empresa licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, conforme definido no item referente a QUALIFICAÇÃO TÉCNICA do termo de referência, por meio de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, registrados, quando for o caso, perante o órgão técnico competente.

(E.2.1) Define-se como compatível com as quantidades da licitação a comprovação de, no mínimo 20% (vinte porcento) da quantidade a ser licitada para o item, como descrito abaixo:

Item	Descrição do Objeto	Tipo de Empresa	Quantidade	Capacidade Técnica (20%)
1	Troféu personalizado em formato de maquete temática, com altura entre 18 25 cm.	GERAL	284	57
2	Troféu personalizado em	ME/EPP	31	7

	formato de maquete temática, com altura entre 18 e 25 cm.			
3	Troféu em polímero metalizado a alto vácuo, com altura total entre 27 cm e 30 cm.	ME/EPP	266	54
4	Placa de homenagem, com dimensões de 20 x 15 cm.	ME/EPP	180	36

(E.3) Será admitida a apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por empresa ou empresas do mesmo grupo econômico em favor da licitante participante, no caso desta também pertencer ao grupo econômico, conforme Enunciado nº 421 do TCM Rio.

(E.4) Será admitida a soma dos atestados ou certidões apresentados pelas licitantes, desde que tais documentos sejam tecnicamente pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

(E.5) Os atestados ou certidões recebidos estão sujeitos à verificação do Pregoeiro e da sua Equipe de Apoio quanto à veracidade dos respectivos conteúdos, inclusive para os efeitos previstos nos arts. 169, § 3º, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e 337–F do Código Penal.

14. RECURSOS

14.1 – Divulgada a vencedora, o Pregoeiro informará às licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão manifestar motivadamente a intenção de interpor recurso, desde que devidamente registrada a síntese de suas razões em campo próprio do sistema, no prazo concedido na sessão pública.

14.2 – A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso.

14.3 – As licitantes que manifestarem o interesse em recorrer terão o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, sendo facultado às demais licitantes a oportunidade de apresentar contrarrazões no mesmo prazo, contado a partir do dia do término do prazo da recorrente, sendo–lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

14.4 – A apresentação das razões e das contrarrazões dos recursos deverá ser realizada, única e exclusivamente, em campo próprio do sistema eletrônico, observados os prazos estabelecidos no item anterior.

14.5 – A não apresentação das razões escritas mencionadas acima acarretará, como consequência, a análise do recurso pela síntese das razões apresentadas na sessão pública.

14.6 – Os recursos serão dirigidos ao Pregoeiro, que poderá reconsiderar seu ato no prazo de 3 (três) dias úteis, ou então, neste mesmo prazo, encaminhar o recurso, devidamente instruído, à autoridade superior, que proferirá a decisão no mesmo prazo, a contar do recebimento.

14.7 – O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.8 – Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

14.9 – No tocante aos recursos relativos às sanções administrativas, devem ser observadas as disposições dos arts. 165 a 168 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15. CONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

15.1 – As licitantes, como responsáveis por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumem como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

15.2 – Caso o Sistema do Pregão Eletrônico fique inacessível por problemas operacionais, exclusivamente do próprio sistema, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva do pregão, o procedimento licitatório será suspenso e somente será retomado após a comunicação aos participantes no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br .

15.2.1 – Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas por meio do sistema ou em virtude de sua desconexão.

15.3 – A desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances não prejudica o seu transcurso. Caso o sistema eletrônico permaneça acessível às licitantes para o oferecimento de lances, estes continuarão a ser recebidos, retornando o Pregoeiro, quando possível, à sua atuação na etapa de lances, sem prejuízo dos atos realizados.

15.3.1 – Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br.

16. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 - Após o julgamento da proposta e a homologação do certame será lavrada a Ata de Registro de Preços, assinada pela autoridade competente e pelas licitantes vencedoras.

16.1.1 - A Ata de Registro de Preços discriminará todos os itens que compõem o objeto licitado, com os respectivos preços unitários e totais, ficando esclarecido que a contratação obedecerá à conveniência e às necessidades da Administração, que não se obriga a requisitar todas as quantidades registradas.

16.1.2 - A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal ou de outros entes federativos, que não tenha participado do certame

licitatório, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

16.1.3 - O beneficiário do registro de preços, após a convocação formal por parte do órgão gerenciador do sistema, manifestará interesse em atender ou não à nova solicitação de acréscimo, desde que não comprometa o fornecimento das quantidades já registradas.

16.1.4 - As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o item 16.1.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

16.1.5 - O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o item 16.1.2 não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

16.1.6 - Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

16.1.7 - Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

16.2 - A CONTRATANTE formalizará seu pedido de fornecimento por meio de contrato ou instrumento equivalente.

16.3 - A existência de preços registrados em Ata de Registro de Preços vigente não obriga a Administração a efetuar contratações unicamente com aquelas empresas beneficiárias do registro, cabendo-lhes, no entanto, a preferência na contratação em igualdade de condições.

16.4 - Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas ao fornecimento dos bens, observadas

as condições do Termo de Referência (Anexo I) e da própria Ata de Registro de Preços (Anexo III).

16.5 - As empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se obrigam a manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas neste Edital.

17. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1 - O registro de preços será formalizado pela Ata de Registro de Preços, na forma do Anexo III.

17.1.1 - A ata de registro de preços poderá ser formalizada com mais de um fornecedor, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.

17.2 - Serão celebradas tantas Atas de Registro de Preços quantas necessárias para o objeto deste certame.

17.3 - As Atas de Registro de Preços vigorarão pelo prazo de 12 (doze)meses, a partir da data da sua publicação no Diário Oficial do Município - D.O. RIO, acompanhada da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Portal de Compras da Prefeitura do Rio de Janeiro (E-Compras Rio).

17.3.1 - A vigência das Atas de Registro de Preços poderá ser prorrogada por meio de termo aditivo, com renovação dos quantitativos até o limite originalmente registrado, pelo período previsto no item 17.3, desde que comprovado o preço vantajoso.

18. FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

18.1 - As Atas de Registro de Preço serão firmadas entre Secretaria Municipal de Educação e as licitantes vencedoras.

18.1.1 - Serão incluídos na Ata de Registro de Preços os licitantes que aceitarem cotar os bens em preços iguais ao do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação, bem como do licitante que mantiver sua proposta original, conforme o inciso VI do § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.2 - As licitantes vencedoras terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços.

18.3 - A recusa injustificada das licitantes vencedoras em assinar a Ata de Registro de Preços, dentro do prazo estabelecido, caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas, reservando-se Secretaria Municipal de Educação, o direito de, independentemente de qualquer aviso ou notificação, realizar nova licitação ou convocar as licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, prevalecendo, neste caso, as mesmas condições da proposta da primeira classificada, inclusive quanto ao preço.

18.4 - As licitantes remanescentes convocados na forma do item 18.3, que não concordarem em assinar a Ata de Registro de Preços, não estarão sujeitas às penalidades mencionadas no **item 24.**

18.5 - O órgão gerenciador poderá admitir a inclusão superveniente de novas empresas para os itens constantes da ata de registro de preços, desde que observadas as condições estabelecidas no edital, a ordem de classificação constante da ata e as condições oferecidas pelo primeiro colocado da licitação.

18.5.1 - A admissão de novas empresas referida no item 18.5 deve ser publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas, no Portal de Compras da Prefeitura do Rio de Janeiro (E-Compras Rio) e no Diário Oficial do Município, e será permitida nas seguintes hipóteses:
a) quando, por peculiaridades de mercado, o quantitativo total estimado não for atingido no momento da licitação;

b) quando o quantitativo total estimado sofrer acréscimo decorrente da ocorrência de fato

superveniente devidamente justificado pela autoridade competente do órgão gerenciador.

18.5.2 - A inserção de novos fornecedores para o item registrado ocorrerá mediante admissão, submetida à concordância dos demais fornecedores, que deverão se pronunciar, obrigatoriamente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, mediante a apresentação de documento devidamente formalizado por representante legal da empresa com poderes "ad negocia".

19. ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS OU CANCELAMENTO DA ATA E DO PREÇO REGISTRADO

19.1 - Os preços registrados poderão ser alterados em razão de reajuste, revisão ou verificação de que se tornaram superiores à média dos valores cobrados pelo mercado.

19.2- Aplicam-se aos preços registrados as regras de reajuste previstas no item 23.

19.3 - Na hipótese de ocorrência de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que acarretem modificação significativa e suficiente a alterar o custo de fornecimento dos bens e inviabilize a execução tal como pactuado, os preços registrados poderão ser revistos, cabendo ao órgão gerenciador realizar as negociações necessárias junto aos beneficiários do registro de preços, observado o procedimento regulamentado pelo Decreto Rio nº 36.665, de 1º de janeiro de 2013.

19.4 - O Órgão Gerenciador deverá acompanhar a evolução das condições de mercado dos preços registrados.

19.5 Caso os preços registrados se tornem superiores à média dos preços apurados em pesquisa, o órgão gerenciador deverá:

a) convocar os fornecedores registrados, obedecida a ordem de classificação, com vistas a negociar a redução dos preços e sua adequação aos praticados pelo mercado;

b) frustrada a negociação prevista na letra "a" acima, convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação obtida na licitação, com vistas a igual oportunidade de negociação.

c) se os preços propostos permanecerem superiores à média dos de mercado, o fato será registrado nos autos do processo, promovendo-se a contratação por meio de nova licitação ou diretamente, com fundamento no art. 75, inciso III, alínea "b", da Lei Federal nº 14.133/2021, cancelando-se a Ata.

d) na hipótese de cancelamento da Ata prevista na letra "c" acima, os fornecedores beneficiários do registro serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas;

19.6 - Caso a empresa beneficiária, mediante requerimento devidamente comprovado, demonstrar impossibilidade de cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) liberar o beneficiário do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e documentos comprobatórios apresentados, e se a comunicação, devidamente formalizada, ocorrer antes do pedido de fornecimento dos bens;

b) convocar as demais empresas que aceitaram cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

c) não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá cancelar a Ata de Registro de Preços para aquele item específico, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

19.7 - A Ata de Registro de Preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

a) pelo decurso do prazo de vigência;

b) pelo cancelamento de todos os preços registrados;

c) por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, mediante demonstração suficiente;

d) por razões de interesse público, devidamente justificadas;

e) no caso de substancial alteração das condições de mercado.

19.8 - A beneficiária será excluída da Ata, por iniciativa da Administração, quando:

a) não assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

b) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato;

c) for liberada;

d) descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

e) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desse se tornar superior àqueles praticados no mercado;

f) sofrer a sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

g) não aceitar o preço revisado pela Administração;

19.9 - No caso de cancelamento da ata, de item específico ou de exclusão da beneficiária por iniciativa da Administração Pública Municipal, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

19.10 - Na hipótese prevista no subitem 19.9, o fornecedor/prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

19.11 - Na hipótese de exclusão da beneficiária, serão convocados os licitantes remanescentes para a assinatura da Ata, respeitada a ordem de classificação e observado o

preço da proposta vencedora, bem como os requisitos de habilitação e o disposto no item 12.9.

19.12 - O cancelamento dos preços registrados deverá ser formalizado por escrito e comunicado à empresa beneficiária por meio de correspondência com aviso de recebimento e por publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. RIO, juntando-se o comprovante da notificação aos autos do processo em que reduzido a termo o registro de preços.

20. GARANTIA

20.1 – Considerando que o objeto da futura contratação se trata de material de consumo e envolve entregas imediatas, cuja natureza não implica em riscos elevados de inadimplência ou descumprimento das obrigações contratuais, a exigência de garantia será dispensada.

21. CONTRATAÇÃO

21.1 – Integram o instrumento substitutivo do termo de contrato, independentemente de transcrição, as prerrogativas constantes no art. 104 da Lei Federal n° 14.133/2021.

21.2 – O fornecimento dos bens que tiverem seus preços registrados na Ata de Registro de Preços será solicitado pelo CONTRATANTE mediante convocação da ADJUDICATÁRIA, por meio de publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO ou de comunicação formal, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, para assinatura do contrato ou para retirada de instrumento equivalente.

21.2.1 – Para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, o fornecedor deverá se credenciar no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), mantendo as condições de habilitação exigidas na licitação.

21.3 – A ADJUDICATÁRIA deverá comparecer no endereço informado, podendo, na impossibilidade de comparecimento do seu representante legal, enviar mandatário munido do respectivo instrumento de procuração, por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, e da via original do documento de identidade e do cartão do Cadastro de

Pessoas Físicas – CPF do outorgado, conferindo–lhe poderes específicos para a assinatura de contrato administrativo ou para a retirada de instrumento equivalente.

21.3.1 – O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Secretaria Municipal de Educação.

21.3.2 – Em atendimento ao art. 7º do Decreto Municipal nº 49.415, de 17 de setembro de 2021, o fornecedor ou colaborador externo, vencedor de processo seletivo, que pretenda manter relação jurídica de qualquer natureza com o Município do Rio de Janeiro ou com qualquer de suas entidades da Administração Indireta, deverá cumprir o Protocolo de Avaliação de Integridade e Transparência – PAIT, disponível em https://jeap.rio.rj.gov.br/QIF, mediante o preenchimento do Questionário Eletrônico de Integridade e Transparência, requisito indispensável para celebração de qualquer instrumento jurídico com este Ente ou com uma de suas entidades.

21.3.3 – Nas contratações de grande vulto, o licitante vencedor deverá comprovar a implantação de programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, na forma do § 4º do art. 25 da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.4 – Se o fornecedor convocado não assinar o contrato ou instrumento equivalente, não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente, o órgão gerenciador poderá convocar os demais que tiverem aceitado fornecer os bens com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades administrativas cabíveis.

21.4.1 – Se não houver outros fornecedores registrados que tenham aceitado fornecer bens com preços iguais aos do licitante vencedor, o Pregoeiro poderá examinar as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes por ordem de classificação, e assim, sucessivamente, observado o direito de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte, até a apuração de uma que atenda ao contido neste Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

21.5 – A ADJUDICATÁRIA deverá comprovar, no momento da assinatura do Contrato ou da retirada do instrumento equivalente, a manutenção das condições demonstradas para habilitação no Edital.

21.5.1 – O Contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

21.6 – A CONTRATADA será responsável, na forma do Contrato, pela qualidade dos bens que são objeto desta licitação, em conformidade com as especificações do termo de referência e/ou dos projetos, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pelo setor do(a) CONTRATANTE responsável pela fiscalização da execução do contrato. A ocorrência de desconformidade implicará a substituição dos materiais recusados, por não atender às especificações contidas no Termo de Referência que integra este Edital, sem ônus para o(a) CONTRATANTE e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

21.7 – A CONTRATADA será também responsável, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas, por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, e por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros, em especial, mas não limitado, aos concessionários de serviços públicos, em virtude da execução do objeto contratado, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores.

21.8 – O ato de recebimento do objeto da licitação não implica a sua aceitação definitiva e não eximirá a licitante de sua responsabilidade no que concerne à qualidade dos bens fornecidos.

21.9 – A licitante vencedora, sem ônus para o(a) CONTRATANTE, compromete–se a:

a) atender às solicitações do(a) CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas contadas a partir de seu recebimento;

b) substituir quaisquer materiais defeituosos ou qualitativamente inferiores em, no máximo, 48 (quarenta e oito) horas da solicitação, sendo que o não cumprimento sem motivo justo implicará na aplicação das sanções previstas neste Edital e seus anexos.

21.10 – A Fiscalização da execução do objeto contratado caberá à Secretaria Municipal de Educação.

21.11 - Em conformidade com o artigo 18 do Decreto Rio nº 51629 de 9 de novembro de 2022, a gestão contratual do(s) instrumento(s) originado(s) pelo presente certame deverá ser realizada por pelo menos 1 agente público designado e a fiscalização deve ser realizada por pelo menos 2 (dois) agentes públicos designados.

22. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

22.1 – Os pagamentos deverão ser efetuados à DETENTORA DA ATA, após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964, observado o disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021 e conforme o disposto no Decreto Rio 55.822/2025, em 20 (vinte) dias úteis, a partir do atesto da nota fiscal.

22.1.1 - Nos casos aplicáveis, compete à Contratada, nos termos do Decreto Rio nº 57.409/2025 e Resolução CGM-RIO nº 2.119/2026, com alterações posteriores, realizar o registro eletrônico do documento de cobrança no sistema eletrônico para registro de documentos comprobatórios, antes do envio para liquidação. O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado na Secretaria Municipal de Educação.

22.2 – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão do efetivo fornecimento realizado e aceito, sem que a Secretaria Municipal de Educação esteja obrigado(a) a pagar o valor total do contrato caso todo o quantitativo do objeto previsto na cláusula segunda não tenha sido regularmente entregue e aceito.

22.3 – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

22.4 – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria Municipal de Educação e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% ao ano.

22.5 – O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada *pro rata die*, entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria Municipal de Educação.

22.6 – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE[1], a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

23. REAJUSTE

23.1 – Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

24. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1 – A recusa da ADJUDICATÁRIA em assinar a ata de registro de preço, o termo de contrato ou em retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, independentemente do disposto no subitem 18.3 e 21.4, sujeitando–a às penalidades previstas no subitem 24.2

24.2 – Em razão das condutas previstas no art. 155 da Lei Federal n° 14.133/2021, a Secretaria Municipal de Educação poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas no art. 156 Lei nº 14.133/2021 e no art. 589 do RGCAF:

[1] No ato da contratação, a empresa deverá possuir conta corrente, nos termos da Portaria FP/SUBEX/SUPTM N° 06 de 31 de agosto de 2022.

(a) **Advertência**;

(b) **Multa**;

(c) **Impedimento de licitar e contratar**, pelo prazo de até 3 (três) anos;

(d) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**.

24.3 – A aplicação das sanções previstas na alínea "b" observará os seguintes parâmetros:

24.3.1 – 0,5% (meio por cento) até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, nos primeiros 15 (quinze) dias de **atraso**.

24.3.2 – 1% (um por cento) até 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, a partir do 16º (décimo sexto) dia útil de atraso.

24.3.3 – Após o 15º (décimo quinto) dia útil de atraso, a Administração poderá optar pela extinção unilateral da avença e aplicar multa de 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo do Contrato.

24.3.4 - 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, na hipótese de recusa em assinar a Ata de Registro de Preço, o contrato ou retirar o instrumento equivalente.

24.3.5– As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

24.4 – As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

24.5 – As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquela prevista na alínea "b", e não excluem a possibilidade de extinção unilateral do Contrato.

24.6 – As multas eventualmente aplicadas com base na alínea "b" do caput desta Cláusula não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

24.7 - O valor das multas vencidas e não pagas deverá ser compensado com as quantias devidas à CONTRATADA.

24.8 - Quando do vencimento da penúltima e/ou da última fatura do contrato, o valor de eventual multa ainda pendente de recurso ou não vencida deverá ser retido das quantias devidas à CONTRATADA.

24.9 – A aplicação das sanções previstas no item 24.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

24.10 – A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

25. FORO

25.1 – Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Edital, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

26. DISPOSIÇÕES FINAIS

26.1 – Ficam as licitantes sujeitas às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa ou que não corresponda à realidade dos fatos.

26.2 – Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar–se–ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente na Secretaria Municipal de Educação

26.3 – As referências de horário correspondem ao horário oficial de Brasília – DF.

26.4 – No período de vigência da Ata de Registro de Preços, a Administração terá a faculdade de contratar ou não o fornecimento dos bens.

26.5 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro.

26.6 – Fazem parte integrante deste Edital:

Anexo I	Termo de Referência **ANEXO I (TR) –** MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇO **ANEXO II (TR) -** MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO DE MATERIAL **ANEXO III (TR) –** MODELO DE PARECER TÉCNICO
Anexo II	Quadro Estimativo de Valores
Anexo III	Minuta de Ata de Registro de Preços
Anexo IV	Minuta da Ordem de Fornecimento de Materiais (**ANEXO II (TR)**)
Anexo V	Declaração de Responsabilização Civil e Administrativa I-B
Anexo VI	Declaração de Inexistência de Nepotismo
Anexo VII	Declaração ref. ao art. 2º, parágrafo único, do Decreto Municipal 19.381/2001 e ao art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021
Anexo VIII	Declaração ref. ao Decreto Municipal nº 23.445/2003
Anexo IX	Declaração para fins de habilitação econômico–financeira, do art. 63, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021
Anexo X	Declaração ME/EPP
Anexo XI	Modelo de proposta – (Anexo I do TR)
Anexo XII	Declaração de quantidade de empregados

26.7– Este Edital contém __ (_____) folhas rubricadas e numericamente ordenadas.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____.

_____

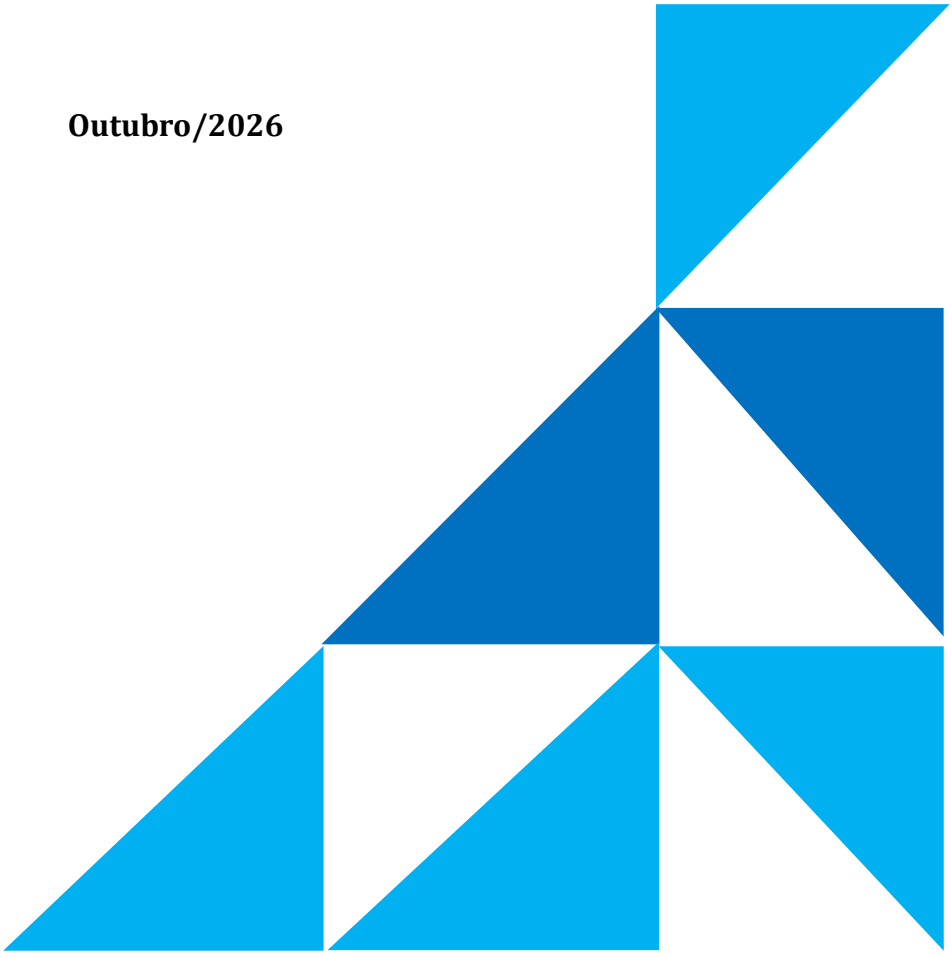
PREGOEIRO
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E PLACAS DE PREMIAÇÃO DOS EVENTOS ESTUDANTIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.

Outubro/2026



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. O presente documento corresponde ao Termo de Referência que trata sobre a aquisição de TROFÉUS personalizados e PLACAS de premiação para atender à Secretaria Municipal de Educação da Cidade do Rio de Janeiro, para utilização em eventos, projetos, ações e iniciativas de caráter pedagógico, educacional, cultural, científico, esportivo e institucional promovidos pela Rede Municipal de Ensino, por meio de **licitação.**

1.2. O fornecimento destes materiais será executado com obediência rigorosa, fiel e integral a todas as exigências, normas deste Termo de Referência, bem como às normas técnicas para sua execução.

1.3. A futura contratação para aquisição de troféus personalizados e placas de premiação está enquadrada na Classificação de Materiais do Município nas classes 8455 e 9999, respectivamente, nas condições, quantidades e exigências estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar que originou este Termo de Referência, conforme descrição do

ITEM	CÓDIGO SIGMA	CATMAT	DESCRIÇÃO DETALHADA	UC	TIPO DE EMPRESA	QUANTIDADE
1	84.55.00.177-05	617448	Troféu personalizado em formato de maquete temática, com altura entre 18 e 25 cm, composto por corpo principal e múltiplas peças fabricadas, recortadas, encaixadas ou sobrepostas. Base proporcional ao projeto e confeccionada, a critério do solicitante, em granito polido, MDF laminado, acrílico maciço com espessura mínima de 10 mm ou polipropileno injetado (PP), garantindo resistência e estabilidade ao conjunto. Combinar, no mínimo, dois tipos de materiais, entre peças produzidas em filamento por impressão 3D, acrílico, MDF recortado e chapa metálica. Poderá conter pelo menos três elementos temáticos fabricados individualmente, posicionados em diferentes planos, espessuras ou afastamentos, produzindo efeito tridimensional (3D) claramente perceptível. As dimensões individuais de cada elemento temático serão fornecidas pelo solicitante, de acordo com o projeto de cada evento, devendo ser respeitadas as dimensões totais máximas estabelecidas para o troféu e o layout previamente aprovado. Os modelos poderão variar em tema,	UN	GERAL	284

			formato, cores, materiais, dimensões dos elementos, composição decorativa e conteúdo da personalização, conforme o evento, mantendo o padrão construtivo, a complexidade visual e a qualidade da amostra apresentada. A personalização poderá ser realizada por impressão UV, Vinil auto-clave, gravação a laser, silk-screen, adesivagem, placa aplicada, aplique em acrílico ou combinação dessas técnicas.			
2	84.55.00.177-05	617448	Troféu personalizado em formato de maquete temática, com altura entre 18 e 25 cm, composto por corpo principal e múltiplas peças fabricadas, recortadas, encaixadas ou sobrepostas. Base proporcional ao projeto e confeccionada, a critério do solicitante, em granito polido, MDF laminado, acrílico maciço com espessura mínima de 10 mm ou polipropileno injetado (PP), garantindo resistência e estabilidade ao conjunto. Combinar, no mínimo, dois tipos de materiais, entre peças produzidas em filamento por impressão 3D, acrílico, MDF recortado e chapa metálica. Poderá conter pelo menos três elementos temáticos fabricados individualmente, posicionados em diferentes planos, espessuras ou afastamentos, produzindo efeito tridimensional (3D) claramente perceptível. As dimensões individuais de cada elemento temático serão fornecidas pelo solicitante, de acordo com o projeto de cada evento, devendo ser respeitadas as dimensões totais máximas estabelecidas para o troféu e o layout previamente aprovado. Os modelos poderão variar em tema, formato, cores, materiais, dimensões dos elementos, composição decorativa e conteúdo da personalização, conforme o evento, mantendo o padrão construtivo, a complexidade visual e a qualidade da amostra apresentada. A personalização poderá ser realizada por impressão UV, Vinil auto-clave, gravação a laser, silk-screen, adesivagem, placa aplicada, aplique em acrílico ou combinação dessas técnicas.	UN	ME/EPP	31
3	84.55.00.177-05	222481	Troféu em polímero metalizado a alto vácuo, com altura total entre 27 cm e 30 cm. Composição: componentes fabricados em polímero de alta resistência, contemplando base sólida (formato oitavado, quadrado, retangular ou circular), suporte, taça com alças e acabamento metalizado de	UN	ME/EPP	266

			alta durabilidade, incluindo pintura interna. Cores principais: combinação em dourado e/ou preto, podendo apresentar variação/alternativa da taça na cor prata. Montagem com ferragens internas/externas de fixação que garantam estabilidade estrutural ao conjunto (peso mínimo aproximado de 500g). Personalização: Acompanha placa metálica ou acrílica personalizada, fornecida e fixada na base do troféu, com dimensões mínimas de 7,0 cm (largura) x 5,0 cm (altura) (ou proporcional à face frontal da base), garantindo ampla área útil para a gravação clara e nítida de logotipos, brasão, símbolos e textos institucionais, conforme arte e orientações fornecidas pelo solicitante, sem sobreposição ou perda de legibilidade.			
4	99.99.02.161-78	618630	Placa de homenagem, com dimensões de 20 x 15 cm, espessura mínima de 1,0mm confeccionada em aço inoxidável, com acabamento escovado ou polido, conforme definição do solicitante. Placa gravada em alto e baixo relevo no processo fotocorrosão com pintura automotiva nas cores e aplicação de verniz. Placa com resistência ao desgaste, à abrasão e às condições ambientais. A gravação poderá contemplar cores diversas, conforme arte previamente aprovada, garantindo a fidelidade dos elementos gráficos e das cores institucionais. As bordas poderão apresentar corte reto ou arredondado, de acordo com o projeto aprovado. A placa deverá ser fornecida acompanhada de estojo ou capa de veludo, com dimensões de 25x19X3 cm, nas opções de cores preto ou azul, conforme informação fornecida pelo solicitante compatível com suas dimensões e destinada à proteção e apresentação da peça.	UN	ME/EPP	180

1.4. Considerando o papel da educação na formação integral dos estudantes e no fortalecimento da comunidade escolar, reconhece-se a relevância das ações pedagógicas desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação, as quais promovem o intercâmbio de experiências, a valorização de boas práticas, o desenvolvimento de competências e habilidades e o fortalecimento dos vínculos entre estudantes, profissionais da educação e demais participantes da comunidade escolar.

1.5. Os eventos, projetos e ações promovidos pela Secretaria Municipal de Educação constituem importantes instrumentos de incentivo à participação, ao engajamento e ao

desenvolvimento acadêmico, cultural, científico, esportivo e social, contribuindo para o enriquecimento das experiências educacionais e para a valorização das conquistas individuais e coletivas.

1.6. Nesse contexto, a premiação por meio da concessão de troféus e placas representa importante mecanismo de reconhecimento, valorização e estímulo à participação dos envolvidos, contribuindo para o fortalecimento das iniciativas desenvolvidas e para a disseminação de práticas exitosas no âmbito da Rede Municipal de Ensino.

1.7. Dessa forma, a presente contratação tem por finalidade a aquisição de troféus personalizados, em diferentes formatos e modelos, e placas de homenagem, destinados às premiações e homenagens realizadas no âmbito dos eventos, projetos e ações promovidos pela Subsecretaria de Ensino (E/SUBE) e demais áreas da Secretaria Municipal de Educação, observadas as especificações constantes neste Termo de Referência.

1.8. Os troféus, objeto desta contratação, possuem características específicas de personalização, identidade visual e formatos diferenciados, adequados às particularidades de cada evento ou ação institucional, permitindo o atendimento de demandas diversas de reconhecimento e premiação promovidas pela Secretaria Municipal de Educação.

1.9. As placas de homenagem, objeto desta contratação, decorrem da necessidade de contar com um instrumento de reconhecimento adequado às situações em que a premiação possui caráter individual, institucional ou honorífico, e não competitivo, representando um formato mais apropriado à natureza da homenagem.

1.10. Ressalta-se que os itens que compõem o objeto da contratação se enquadram na classificação de bens comuns, nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, por apresentarem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado, não havendo variações qualitativas significativas que demandem análise técnica específica ou diferenciada para sua seleção.

1.11. A futura aquisição encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) desta Pasta de Educação, demonstrando, assim, o alinhamento entre a aquisição e o planejamento da SME.

1.12. JUSTIFICATIVA

1.12.1. A presente contratação tem por finalidade a aquisição de troféus e placas destinados ao atendimento de eventos, projetos, ações e iniciativas de caráter pedagógico, educacional, cultural, científico, esportivo e institucional promovidos pela Secretaria Municipal de Educação da Cidade do Rio de Janeiro.

1.12.2. As ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação buscam estimular a participação, o engajamento e o desenvolvimento de estudantes, profissionais da educação e demais integrantes da comunidade escolar, por meio

de atividades que promovem a valorização do conhecimento, da inovação, da cultura, do esporte, da cidadania e das boas práticas educacionais.

1.12.3. Nesse contexto, a premiação por meio da concessão de troféus e placas constitui importante instrumento de reconhecimento e valorização dos participantes, contribuindo para o fortalecimento das iniciativas desenvolvidas, para a divulgação de experiências exitosas e para o incentivo à participação nas atividades promovidas pela Rede Municipal de Ensino.

1.12.4. Registra-se que a Secretaria Municipal de Educação possui Ata de Registro de Preços vigente contemplando o fornecimento de placas e troféus padronizados em acrílico, bem como processo administrativo em andamento visando à sua prorrogação. Todavia, os objetos contemplados naquela contratação possuem características técnicas específicas e destinam-se ao atendimento de demandas distintas. Os objetos da Ata vigente são destinados à premiação e ao reconhecimento institucional de unidades escolares, com características próprias para afixação em paredes ou outros espaços físicos. Verificou-se, entretanto, a necessidade de placas de menores dimensões, destinadas à premiação e ao reconhecimento individual, acompanhadas de estojo, com características próprias para entrega direta ao homenageado, não contempladas no instrumento vigente.

1.12.5. Dessa forma, a presente contratação não se confunde com o objeto da ata vigente, tratando-se de demanda complementar e autônoma, destinada ao atendimento de necessidades específicas não contempladas pelo instrumento atualmente em execução.

1.12.6. A aquisição pretendida permitirá maior flexibilidade na realização de eventos e ações institucionais, assegurando a disponibilidade de premiações adequadas às diferentes iniciativas desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação, em observância aos princípios da eficiência, do planejamento e do interesse público.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A necessidade da contratação, a viabilidade técnica de implementá-la, bem como o arcabouço básico para a elaboração deste Termo de Referência constam no Estudo Técnico Preliminar inserto no Processo 000700.010521/2026-25**.**

2.2. O Estudo Técnico Preliminar evidenciou a necessidade da contratação para garantir o fornecimento de troféus e placas destinados às premiações promovidas pela Secretaria Municipal de Educação, considerando a inexistência de estrutura própria da Administração para sua fabricação e a necessidade de observância de padrões de qualidade, acabamento e personalização compatíveis com as especificações definidas. O estudo demonstrou, ainda, que a aquisição no mercado constitui a solução mais

adequada para assegurar o atendimento tempestivo das demandas, observados os princípios da eficiência, da economicidade e do interesse público. As conclusões do Estudo Técnico Preliminar encontram-se integralmente refletidas nas disposições deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. O julgamento da licitação será por item, considerando que os objetos possuem especificações técnicas individualizadas e podem ser fornecidos de forma independente, sem prejuízo à sua qualidade ou à execução contratual. O parcelamento do objeto amplia a competitividade, possibilita a participação de um maior número de fornecedores e favorece a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, em observância aos princípios da economicidade, da eficiência e da competitividade, não comprometendo a padronização, uma vez que as características técnicas de cada item serão objetivamente definidas no Termo de Referência.

3.2. Para cada item, a proposta deverá contemplar o quantitativo total estimado, não sendo admitido o fracionamento das quantidades. Tal medida visa assegurar a padronização do fornecimento, facilitar a gestão e a fiscalização contratual, garantir a uniformidade das características dos bens fornecidos e conferir maior eficiência à execução da contratação, sem prejuízo da competitividade, uma vez que o julgamento ocorrerá por item.

3.3. No período de vigência da Ata de Registro de Preços, a Administração tem a faculdade de contratar ou não o fornecimento dos materiais, ou seja, as quantidades são por estimativa, não se obrigando o Município do Rio de Janeiro a adquirir todas as quantidades estimadas. Assim, ao término de vigência da Ata de Registro de Preços, o remanescente ficará automaticamente suprimido, ficando a Contratante desobrigada da aquisição total dos produtos e consequentemente, do seu pagamento, conforme previsto no art. 82, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.4. No que se refere ao disposto no art. 82, incisos II e IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, que tratam, respectivamente, da exigência de quantidade mínima a ser cotada de unidades de bens ou, no caso de serviços, de unidades de medida, bem como da possibilidade de o licitante apresentar proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, a vedação a tal prática mostra-se medida plenamente justificada pela necessidade de assegurar a integralidade e a padronização do objeto contratado. Com efeito, a fixação de quantitativos uniformes garante a homogeneidade técnica e qualitativa dos itens, previne discrepâncias entre os mesmos e preserva padrões consistentes de desempenho, além de propiciar o aproveitamento das economias de escala decorrentes da contratação em volume, fator que repercute diretamente na redução do custo unitário e na obtenção de um resultado global mais vantajoso à Administração Pública. Ademais, tal sistemática simplifica a gestão contratual, evitando a pulverização de contratos e ordens de fornecimento, reduzindo custos indiretos de caráter administrativo e mitigando a complexidade logística, ao mesmo tempo em que minimiza riscos operacionais advindos da fragmentação do fornecimento, como

descontinuidade, falhas contratuais ou a necessidade de múltiplos fornecedores para o atendimento de uma mesma demanda. Ressalte-se, por oportuno, que a estipulação do quantitativo assegura condições isonômicas de disputa entre os licitantes e favorece um planejamento mais aderente às necessidades da Administração, sem afastar a natureza estimativa das quantidades indicadas no edital, as quais não vinculam o ente público à aquisição integral, mas permitem contratações graduais ao longo da vigência do ajuste, em estrita consonância com o princípio da economicidade e com a busca da eficiência administrativa. Dessa forma, observa-se que a adoção desse critério atende plenamente aos objetivos da Administração Pública e ao conceito de contratação mais vantajosa, considerada sob a ótica do ciclo de vida do objeto, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.5. No que se refere ao disposto no art. 82, inciso VII da Lei Federal nº 14.133/2021 que dispõe sobre "**o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação**", esta equipe de planejamento não vislumbra óbice, desde que os demais licitantes aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.

3.6. No que se refere ao disposto no art. 82, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021, esta equipe de planejamento entende não ser aplicável **a possibilidade de previsão de preços diferentes** para o objeto da contratação, uma vez que não se verificam condições específicas de execução, logística, armazenamento ou distribuição que justifiquem a adoção de preços distintos.

3.7. No que se refere à **participação de consórcios,** conforme art. 18, inciso IX da Lei Federal nº 14.133/2021, destaca-se que o Tribunal de Contas da União por meio do Acórdão 2.831 (Plenário, Rel. Min. Ana Arraes) afirmou no sentido de que a admissão ou não de consórcio de empresas em licitações e contratações é competência discricionária do administrador, devendo este exercê-la sempre mediante justificativa fundamentada. Não obstante a participação de consórcio seja recomendada sempre que o objeto seja considerado de alta complexidade ou vulto, tal alternativa também não é obrigatória.

3.7.1 Devem ser consideradas as circunstâncias concretas que indiquem se o objeto apresenta vulto ou complexidade que torne restrito o universo de possíveis licitantes. Somente nessa hipótese, fica o administrador obrigado a autorizar a participação de consórcio de empresas no certame, com o intuito precípuo de ampliar a competitividade e proporcionar a obtenção da proposta mais vantajosa.

3.7.2 Sendo classificado como um bem comum, não se entende como necessária a participação de consórcios, pois não se considera o objeto da pretensa aquisição como complexo ou de grande vulto, sendo entendido que caso admitida tal participação, a competitividade do certame licitatório possa ser frustrada.

3.7.3 As expertises exigidas pelo objeto do contrato não são diversificadas a ponto de exigirem consórcio entre empresas.

3.7.4 A vedação ao consórcio incentiva o aumento no número de participantes do procedimento de licitação, o que conduzirá, naturalmente, à maior disputa no certame, aumentando as chances de maiores descontos.

3.8. Nos termos do art. 16 da Lei Federal nº 14.133/2021, será admitida **a participação de cooperativas**, desde que atendam às condições de habilitação e às exigências previstas no edital e demonstrem capacidade para executar integralmente o objeto da contratação.

3.9. Em atendimento ao previsto nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, aplicáveis às licitações e contratações por força do art. 4º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, será reservada cota destinada exclusivamente à participação de ME/EPP na aquisição de bens de natureza divisível. A reserva tem fundamento no art. 48, inciso III, da LC nº 123/2006, que fixa o limite de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto. No âmbito do Município do Rio de Janeiro, o Decreto Municipal nº 31.349, de 12 de novembro de 2009, regulamenta a matéria, e o art. 1º da Resolução SMA nº 1.594, de 28 de janeiro de 2010, limita a cota reservada ao máximo de 10% (dez por cento) do objeto licitado. Os itens da cota reservada terão a mesma especificação dos itens da cota principal, e a reserva não impede a contratação de ME/EPP pela totalidade do objeto. Caso não haja vencedor para a cota reservada, ela poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado (art. 48, §2º, da LC nº 123/2006).

3.10. Os Itens a serem adquiridos correspondem a bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado conforme art. 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021.

3.11. A CONTRATADA deverá reparar ou indenizar, dentro do prazo estipulado pela CONTRATANTE, todas e quaisquer avarias ou danos causados aos bens do contratante, ou de terceiros, decorrentes de ação ou omissão de seus empregados e fornecedores.

3.12. Os bens/materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Estudo Técnico Preliminar ou neste Termo de Referência, devendo ser substituídos no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

3.13. A CONTRATADA deverá manter durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que irão viabilizar a sua habilitação na licitação e contratação.

3.14. A contratação terá por objeto o fornecimento de bens, mediante aquisição por item, conforme as especificações e quantitativos constantes deste Termo de Referência.

3.15. A CONTRATADA deve observar as recomendações relativas aos critérios de sustentabilidade para o material em questão previstas na Instrução Normativa n.º 01, de 19 de janeiro de 2010, além de contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional

sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em atenção aos art. 5º e art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

3.16. Com relação à possibilidade de subcontratação parcial ou total do objeto, a equipe de planejamento entende que o produto a ser adquirido não se configura como uma série/gama de serviços especializados que poderiam ser objeto de subcontratação.

3.17. Ressalta-se a imprescindibilidade da definição precisa e fundamentada dos quantitativos dos objetos a serem licitados, em estrita observância ao disposto nos arts. 6º, inciso XLII, e 82 da Lei Federal nº 14.133/2021. Tal providência constitui etapa essencial do planejamento da contratação, garantindo a correta estimativa de consumo e, sobretudo, buscando dimensionar adequadamente a demanda estimada para o período de vigência da Ata de Registro de Preços, de modo a maximizar sua utilização e reduzir o risco de insuficiência quantitativa frente às necessidades projetadas da Administração. Reafirma-se, assim, que a Ata não se destina a ser integralmente utilizada em uma única aquisição, mas sim a atender, de forma eficiente e economicamente vantajosa, às demandas futuras previstas no planejamento da Pasta, em consonância com os princípios que regem o Sistema de Registro de Preços.

3.18. Embora existam diretrizes voltadas à racionalização e à contenção de despesas, a futura contratação é imprescindível porque promove a eficiência, garante a correta aplicação dos recursos, otimiza os serviços prestados à comunidade escolar e não se configura apenas como uma melhoria, mas como um investimento estratégico e indispensável para a Secretaria Municipal de Educação.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DOS ITENS:

4.1.1 Deverão atender às especificações, assim como ao prazo de entrega e requisitos exigidos neste Termo de Referência (TR), conforme segue:

ITEM 1: Troféu personalizado multimaterial em camadas — 18 a 25 cm

Código do Item: 84.55.00.177-05.

Descrição: Troféu personalizado em formato de maquete temática, com altura entre 18 e 25 cm, composto por corpo principal e múltiplas peças fabricadas, recortadas, encaixadas ou sobrepostas ou fixadas entre si, de modo a constituir conjunto tridimensional integrado.

A base deverá ser proporcional às dimensões e características do projeto e confeccionada em um dos seguintes materiais, conforme definição do solicitante para cada projeto: granito polido, MDF laminado, acrílico maciço com espessura mínima de

10 mm ou polipropileno injetado (PP), devendo proporcionar resistência, estabilidade e adequado suporte ao conjunto.

O troféu deverá combinar no mínimo dois tipos de materiais, dentre os seguintes: peças produzidas em filamento por impressão 3D, acrílico, MDF recortado e chapa metálica, admitida a utilização de outros materiais compatíveis com a composição aprovada, desde que mantidas as características, a resistência e o padrão de acabamento especificados.

O conjunto deverá conter no mínimo três elementos temáticos fabricados individualmente, posicionados em diferentes planos, espessuras, níveis ou afastamentos, de forma a produzir efeito tridimensional (3D) claramente perceptível e composição visual compatível com o projeto aprovado.

As dimensões individuais, posicionamento, proporções, cores e demais características dos elementos temáticos serão definidas pelo solicitante de acordo com o projeto de cada evento, devendo ser rigorosamente respeitadas pela CONTRATADA, observadas as dimensões totais do troféu e o *layout* previamente aprovado.

Os modelos poderão variar quanto a tema, formato, cores, materiais, dimensões dos elementos, composição e conteúdo da personalização, de acordo com as características de cada evento ou finalidade, desde que sejam mantidos os requisitos mínimos estabelecidos nesta especificação, especialmente quanto à composição tridimensional, quantidade mínima de elementos, combinação de materiais, estabilidade e acabamento, conforme amostra apresentada.

A personalização poderá ser realizada por impressão UV, vinil autoadesivo, gravação a laser, silk-screen, adesivagem, aplicação de placa, aplique em acrílico ou combinação dessas técnicas, conforme as características do projeto e do material utilizado, devendo apresentar boa definição, legibilidade, aderência e acabamento.

As peças e elementos componentes deverão apresentar encaixe, fixação e acabamento compatíveis com a finalidade do produto, sem comprometer sua estabilidade ou segurança durante o manuseio e a exposição.

A execução de cada modelo ficará condicionada à aprovação prévia do layout e das características de personalização pelo solicitante, observadas as especificações, dimensões e demais parâmetros estabelecidos para o respectivo evento.

Unidade de Medida: Unidade

Quantidade prevista: 315





Figura 1 – Sugestão Troféu Personalizado (Item 1)

ITEM 2: **Troféu tipo taça em polímero metalizado – 27 a 30cm de altura**

Código do Item: 84.55.00.177-05

Descrição: Troféu personalizado em polímero metalizado a alto vácuo, com altura total entre 27 cm e 30 cm, composto por componentes fabricados em polímero de alta resistência, contemplando base sólida, suporte e taça com alças, formando conjunto proporcional, integrado e adequado à finalidade de premiação. A base poderá apresentar formato oitavado, quadrado, retangular ou circular, devendo possuir dimensões proporcionais ao conjunto e proporcionar resistência e estabilidade ao troféu quando disposto sobre superfície plana.

A taça deverá apresentar acabamento metalizado por processo de alto vácuo, com superfície uniforme e adequada aderência do revestimento, contemplando pintura ou acabamento na parte interna da taça, de acordo com o modelo aprovado.

A base, o suporte e os demais componentes confeccionados em polímero deverão apresentar acabamento adequado ao produto, compatível com suas respectivas características e funções, não sendo exigida a metalização da base, que deverá manter o acabamento e a composição previstos no modelo aprovado. O conjunto deverá apresentar acabamento, apresentar uniformidade e adequada cobertura das superfícies, não sendo admitidas manchas, falhas de cobertura, bolhas, descascamentos, deformações, riscos ou outras imperfeições que comprometam a aparência ou a qualidade do produto. Serão admitidas variações dimensionais decorrentes do processo de fabricação, desde que não comprometam as características, proporções, estabilidade,

apresentação e finalidade do objeto, observadas as dimensões de referência estabelecidas nesta descrição.

As cores predominantes deverão contemplar dourado e/ou preto, admitindo-se, conforme definição do solicitante para cada projeto, variação ou alternativa da taça na cor prata, observada a composição visual previamente aprovada.

A montagem deverá ser realizada com ferragens internas e/ou externas de fixação, ou outros elementos necessários à adequada montagem dos componentes, de forma a garantir a estabilidade estrutural e a firmeza do conjunto. As peças deverão apresentar encaixe, alinhamento e fixação adequados, não sendo admitidas peças soltas, desalinhadas ou com folgas que comprometam a integridade, estabilidade ou apresentação do troféu. O conjunto deverá apresentar peso mínimo de 500 g, consideradas suas partes e componentes integrantes.

O troféu deverá acompanhar placa metálica ou acrílica personalizada, fornecida e devidamente fixada pela CONTRATADA na base do troféu, com dimensões mínimas de 7,0 cm de largura por 5,0 cm de altura, ou dimensão proporcional à face frontal da base, de modo a garantir ampla área útil para a personalização. A placa deverá apresentar acabamento compatível com o conjunto e permanecer devidamente fixada, sem desprendimento, desalinhamento ou comprometimento da apresentação do produto.

A personalização da placa deverá ser realizada conforme arte e orientações fornecidas ou previamente aprovadas pelo solicitante, podendo contemplar logotipos, brasão, símbolos, textos institucionais, nomes, títulos, classificações, frases, mensagens, datas e demais informações relacionadas à finalidade da premiação. A gravação deverá apresentar clareza, nitidez, definição e legibilidade, sem sobreposição, distorção ou perda das informações constantes da arte aprovada.

A personalização poderá ser realizada por gravação a laser e/ou técnica compatível com o material da placa, conforme a característica da arte e orientação do solicitante, devendo o processo empregado proporcionar resultado adequado à finalidade do produto e compatível com o material utilizado. Quando a arte contemplar elementos coloridos, deverão ser observadas fielmente as características, proporções e cores da arte fornecida ou aprovada pelo solicitante. Quando utilizada impressão sobre superfície metálica, deverá ser adotado procedimento tecnicamente adequado para garantir a correta reprodução das cores.

A logomarca institucional, quando prevista na arte, bem como os demais elementos gráficos, deverá ser reproduzida fielmente à arte fornecida ou aprovada pela CONTRATANTE, não sendo permitidas alterações de conteúdo, cores, proporções ou identidade visual sem prévia autorização.

Todos os insumos, materiais, componentes, placas, ferragens, elementos de fixação, processos de fabricação, metalização, pintura, montagem, gravação e demais serviços necessários à completa execução e entrega do troféu deverão estar incluídos no fornecimento, não cabendo custos adicionais decorrentes desses procedimentos.

O produto deverá ser entregue novo, sem uso, devidamente montado, limpo e em perfeitas condições de apresentação e utilização, sem riscos, manchas, deformações, trincas, quebras, falhas de acabamento, defeitos de montagem ou outras irregularidades que comprometam sua qualidade, estabilidade, apresentação ou finalidade. Deverá ser acondicionado individualmente em embalagem protetora adequada, de forma a preservar sua integridade durante o transporte, armazenamento e manuseio.

A imagem apresentada neste Termo de Referência possui caráter meramente ilustrativo, destinando-se exclusivamente à demonstração do padrão de formato, composição, proporções, cores, acabamento e apresentação pretendidos, prevalecendo, para fins de fornecimento, as especificações técnicas estabelecidas nesta descrição e a arte eventualmente fornecida ou aprovada pelo solicitante.



Unidade de medida: Unidade

Quantidade prevista: 266

ITEM 3: Placa premiação individual com estojo

Código do Item: 99.99.02.161-78
Descrição: Placa de homenagem, com dimensões de 20 cm de largura x 15 cm de altura, espessura mínima de 1,0 mm, confeccionada em aço inoxidável, com acabamento escovado ou polido, conforme definição da CONTRATANTE.

A placa deverá apresentar superfície plana, uniforme e regular, com bordas devidamente acabadas, podendo apresentar corte reto ou arredondado, conforme definição da CONTRATANTE, não sendo admitidas rebarbas, arestas cortantes, deformações ou imperfeições que comprometam a segurança, a apresentação ou o manuseio da peça.

A personalização deverá ser realizada por processo de fotocorrosão, com gravação em alto e baixo relevo, conforme arte final fornecida ou previamente aprovada pela

CONTRATANTE, podendo contemplar logomarca institucional, logotipos, brasão, frases, textos, nomes, mensagens, datas e demais elementos gráficos, de acordo com a finalidade da homenagem e a solicitação de cada demanda.

O processo de fotocorrosão deverá proporcionar definição, nitidez e precisão dos elementos gravados, com reprodução fiel da arte aprovada. A personalização deverá receber pintura automotiva nas cores definidas na arte, de modo a assegurar adequada diferenciação e legibilidade dos elementos gráficos, seguida da aplicação de verniz, proporcionando proteção e acabamento adequado à peça.

A gravação e a pintura deverão apresentar resistência ao desgaste, à abrasão e às condições ambientais, mantendo a integridade, legibilidade e características visuais da personalização durante a utilização e exposição da peça.

Quando a arte aprovada contemplar elementos coloridos, a pintura deverá reproduzir, com fidelidade, as cores e demais características visuais definidas pela CONTRATANTE, preservando a identidade visual e a apresentação da homenagem. A logomarca institucional, quando prevista na arte, bem como os demais elementos gráficos, deverá ser reproduzida fielmente à arte fornecida ou aprovada pela CONTRATANTE, não sendo permitidas alterações de conteúdo, cores, proporções, posicionamento ou identidade visual sem prévia autorização.

A placa deverá ser fornecida acompanhada de estojo ou capa de veludo, com dimensões de 25 x 19 x 3 cm, nas opções de cores preto ou azul, conforme definição da CONTRATANTE, compatível com as dimensões da placa e destinada à proteção, conservação e apresentação da peça.

O produto deverá ser entregue novo, sem uso, limpo e em perfeitas condições de apresentação e utilização, sem riscos, manchas, amassados, deformações, sinais de oxidação, falhas de acabamento ou quaisquer outros defeitos que comprometam sua qualidade, aparência ou finalidade, devidamente acondicionado no estojo ou capa de veludo e pronto para utilização e entrega ao homenageado.

As dimensões da placa deverão ser de 20 cm x 15 cm, com espessura mínima de 1,0 mm, observadas as características, proporções e finalidade estabelecidas nesta descrição.

Todos os materiais, insumos, processos de fabricação, fotocorrosão, pintura automotiva, aplicação de verniz, estojo ou capa de veludo e demais serviços necessários à completa execução e entrega da placa deverão estar incluídos no fornecimento, não cabendo custos adicionais decorrentes desses procedimentos.

A imagem apresentada no Termo de Referência possui caráter meramente ilustrativo, servindo exclusivamente para demonstrar o padrão de formato, acabamento e apresentação pretendidos, prevalecendo, para fins de fornecimento, as especificações técnicas estabelecidas nesta descrição.





Unidade de Medida: Unidade

Quantidade prevista: 180

4.1.2 Os materiais deverão ser de boa qualidade, atendendo aos padrões de uso, às normas técnicas aplicáveis e às disposições do Código de Defesa do Consumidor, quando cabível, bem como às normas de segurança vigentes.

4.1.3 Deverá, preferencialmente, ser acondicionado em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, confeccionada com materiais recicláveis ou reciclados, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento.

4.1.4 Os produtos deverão ser novos e entregues devidamente protegidos e embalados contra danos de transporte e manuseio, acompanhados das respectivas notas fiscais.

4.1.5 O fornecedor selecionado deverá garantir que os produtos:

- **a.** sejam de primeira qualidade, atóxicos, resistentes e livres de defeitos de fabricação ou de materiais, não apresentando avarias, odores inadequados ou quaisquer condições que comprometam sua segurança, uso ou integridade e que atendam integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste instrumento;
- **b.** sejam acondicionados em embalagem individual adequada às características e dimensões dos produtos, com identificação legível, que garanta proteção contra impactos, atritos, umidade, poeira, sujidade e demais fatores capazes de comprometer sua integridade, acabamento, personalização e apresentação durante o transporte, armazenamento e manuseio, observada, quando aplicável, a regulamentação específica relativa às embalagens e à certificação dos produtos ou de seus componentes.

4.1.6 As entregas deverão ocorrer de forma parcelada, em diferentes períodos, conforme a demanda da Administração, tendo em vista a impossibilidade de definição prévia de quantitativos exatos e execução das aquisições em momentos distintos.

4.2. DA GARANTIA DO PRODUTO

4.2.1 A CONTRATADA deverá assegurar garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo de cada fornecimento, contra defeitos de fabricação, de materiais, de montagem, de fixação, de acabamento, de personalização ou quaisquer outros vícios que comprometam a qualidade, a integridade, a segurança, a apresentação ou a finalidade do produto, observadas as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e na respectiva arte ou layout aprovado.

4.2.2 A garantia compreenderá, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE, a substituição do produto ou da parte, componente ou elemento que apresentar defeito ou desconformidade, incluindo todos os materiais, insumos, serviços de fabricação, personalização, transporte, embalagem e demais providências necessárias à solução do problema.

4.2.3 A substituição deverá ocorrer por produto novo, de primeiro uso e em perfeitas condições de apresentação e funcionamento, observadas integralmente as especificações técnicas, dimensões, materiais, cores, acabamento e personalização originalmente aprovados.

4.2.4 Não serão considerados, para fins de exclusão da garantia, defeitos ou desconformidades decorrentes de vícios de fabricação, inadequação ou insuficiência dos materiais empregados, falhas de montagem ou fixação, desprendimento de componentes, falhas de acabamento ou de personalização, desde que não comprovadamente decorrentes de uso inadequado pela CONTRATANTE.

4.2.5 Constatado defeito ou desconformidade durante o prazo de garantia, a CONTRATANTE comunicará a CONTRATADA, que deverá providenciar a solução no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento da comunicação, salvo prazo diverso expressamente acordado com a fiscalização em razão da complexidade ou da necessidade de nova produção personalizada.

4.2.6 Quando a correção do defeito exigir a substituição do produto, o prazo para substituição será aquele estabelecido no item anterior, sem qualquer custo para a CONTRATANTE, inclusive quanto à retirada do produto defeituoso e à entrega do novo produto no local indicado pela Administração.

4.2.7 A substituição ou correção realizada em razão da garantia não implicará qualquer prejuízo às demais obrigações assumidas pela CONTRATADA, permanecendo integralmente responsável pela qualidade e conformidade do objeto fornecido.

4.2.8 A garantia prevista neste item não exclui nem reduz as responsabilidades legais da CONTRATADA decorrentes da execução do objeto, tampouco impede a rejeição de produtos que, no momento do recebimento, estejam em desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.
4.2.9 O recebimento provisório ou definitivo não exime a CONTRATADA da responsabilidade pela qualidade, integridade e conformidade dos produtos fornecidos, na forma da legislação aplicável e das obrigações estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual.

4.3 DAS EMBALAGENS DO PRODUTO

4.3.1 Os produtos deverão ser entregues individualmente acondicionados, em embalagem adequada às características, dimensões, materiais, peso e fragilidade de cada item, de modo a assegurar sua integridade durante as operações de transporte, carga, descarga, armazenamento e manuseio.
4.3.2 As embalagens deverão proporcionar proteção suficiente contra impactos, atritos, riscos, quebras, trincas, deformações, desprendimento ou deslocamento de componentes, umidade, poeira, sujidade e demais fatores que possam comprometer a qualidade, o acabamento, a personalização ou a integridade dos produtos.
4.3.3 Para os troféus compostos por múltiplos elementos, peças sobrepostas, encaixadas ou fixadas, a embalagem deverá possuir proteção interna adequada, de forma a impedir o contato direto entre peças que possa ocasionar riscos, abrasão, quebra, deformação ou danos ao acabamento durante o transporte e o armazenamento.
4.3.4 Os produtos personalizados deverão ser acondicionados de modo a impedir que a embalagem provoque atrito, aderência, remoção, manchamento, descascamento ou qualquer alteração na pintura, gravação, impressão, metalização, adesivagem ou demais elementos de personalização.
4.3.5 Quando necessário em razão das características do produto, deverão ser utilizados materiais de proteção interna, tais como divisórias, berços, espumas, plástico-bolha, papel, cartão, filme protetor ou materiais equivalentes, desde que compatíveis com o produto e capazes de assegurar sua proteção sem causar danos ao acabamento.
4.3.6 A embalagem deverá ser adequada para o armazenamento temporário dos produtos pela CONTRATANTE, preservando suas características e condições de apresentação até o momento de sua utilização ou entrega ao destinatário final.
4.3.7 Cada embalagem deverá permitir a identificação do produto nela acondicionado, mediante etiqueta, marcação ou outro meio adequado, contendo, no mínimo, quando aplicável, a identificação do item, a quantidade e as informações necessárias à conferência do fornecimento.
4.3.8 Os materiais utilizados nas embalagens deverão ser compatíveis com os produtos acondicionados e, sempre que tecnicamente possível, deverão ser

utilizados materiais recicláveis ou reciclados, observada a necessidade de assegurar a adequada proteção dos produtos.

4.3.9 As embalagens deverão ser dimensionadas de forma compatível com os produtos, evitando-se espaços internos excessivos que favoreçam o deslocamento das peças durante o transporte, sem prejuízo da utilização dos elementos de proteção necessários à preservação da integridade do objeto.

4.3.10 Os custos relativos às embalagens, materiais de proteção, acondicionamento, identificação, transporte e demais providências necessárias à entrega dos produtos em perfeitas condições estarão integralmente incluídos no preço contratado, não cabendo qualquer cobrança adicional à CONTRATANTE.

4.3.11 A constatação, no momento do recebimento, de produto danificado em razão de acondicionamento ou embalagem inadequados não caracterizará aceitação do objeto, podendo a CONTRATANTE rejeitar o produto, no todo ou em parte, e determinar sua substituição, sem qualquer ônus adicional.

4.4 VIGÊNCIAS

4.4.1 Serão celebradas tantas Atas de Registro de Preços quantas necessárias para o objeto do pregão.

4.4.2 A vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada podendo haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

4.4.3 O ato de prorrogação da vigência da Ata indicará expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado, observado o prazo máximo de vigência de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.4.4 A prorrogação do prazo da Ata de Registro de Preços deverá considerar, além do preço, o desempenho das empresas na execução das obrigações anteriormente assumidas.

4.4.5 Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 124 da Lei n.º 14.133/2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O presente objeto abrange a entrega de materiais de confecção comum, por um período de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso nas condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, bem como no Estudo Técnico Preliminar que o originou.

5.2. A(s) detentora(s) da Ata de Registro de Preços obriga(m)-se a fornecer os materiais, sempre que demandados pelo Órgão Gerenciador, observados os

quantitativos, especificações e prazos constantes da Ordem de Fornecimento de Materiais (OFM). As orientações quanto aos procedimentos/atividades relativos à execução do objeto deverão impreterivelmente observar as condições deste Termo de Referência, confeccionado com base no Estudo Técnico Preliminar elaborado para a pretensa contratação.

5.3. O DETENTOR DA ATA deverá incluir nos preços ofertados todos os custos relativos a tributos, encargos, embalagens, carga, descarga, transporte, seguro, entrega nos locais indicados, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas necessárias ao perfeito cumprimento do objeto, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

5.4. O fornecimento dos materiais, cujos preços foram registrados, será requisitado por intermédio da apresentação da Ordem de Fornecimento de Materiais (OFM) correspondente, acompanhada da Nota de Empenho.

5.5. ENTREGA

5.5.1. Com relação ao fornecimento do objeto deste TR, o detentor da ata deverá:

i. Atender às especificações assim como atender ao prazo de entrega e requisitos exigidos neste Termo de Referência;

ii. As entregas deverão considerar a previsão de entregas parceladas em diferentes períodos, pela impossibilidade de prever o real quantitativo e a previsão de aquisições em momentos distintos.

iii. Assegurar que o material seja resistente e de boa qualidade, obedecendo aos padrões de uso e estando de acordo com estabelecido no Código de Defesa do Consumidor.

iv. Produtos sem identificação serão rejeitados quando da sua entrega.

v. A entrega deverá ser feita, conforme constar na Ordem de Fornecimento de Materiais (OFM) em que a(s) CONTRATADA(s), após a retirada da Nota de Empenho e/ou Ordem de Fornecimento de Material (OFM), deverá entregar os quantitativos solicitados pela SME no prazo de 30 (trinta) dias corridos, podendo ser realizada entrega parcelada, desde que não extrapole o prazo total.

vi. O prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por no máximo 20 (vinte) dias corridos, por meio de solicitação da DETENTORA DA ATA, que deverá ocorrer no prazo máximo de 5(cinco) dias úteis que antecedem a data limite de entrega do material;

vii. A prorrogação poderá ser concedida a critério da equipe gestora, após avaliação, desde que não cause prejuízos à Administração Pública Municipal.

viii. Para a realização da entrega, será necessário agendamento com responsável do local indicado pelo Gestor, com prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

ix. No ato da entrega, serão recusadas as embalagens violadas e/ou danificadas, devendo ser devolvidas e substituídas, em um prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.5.2 Responsabilizar-se pelas operações de transporte, carga e descarga.

5.5.3 Garantir que os materiais sejam entregues sem riscos, manchas, rebarbas, trincas, falhas de impressão ou defeitos de acabamento.

5.5.4 Os troféus e placas deverão ser entregues, conforme constar na Ordem de Fornecimento de Materiais (OFM), podendo se dar nos endereços abaixo listados:

Local/setor	Endereço
GLO-1	Avenida Marechal Rondon, nº 2920 – Engenho Novo
E/SUBE	Rua Afonso Cavalcanti, 455 – sala 412 – 4º andar – Cidade Nova

5.5.5 O custo do transporte deste material e do respectivo seguro é de responsabilidade da CONTRATADA.

5.5.6 Substituir os materiais/produtos objeto deste Termo de Referência, que porventura forem entregues à SME com defeito de fabricação ou que apresentarem qualquer divergência de quantidade, vícios, incorreções, divergência de personalização, erro de gravação, num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

5.5.7 Para a realização da entrega, é necessário agendamento com responsável pelo recebimento indicado pela Administração, com prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

5.5.8 Responsabilizar-se por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessária à completa entrega dos materiais.

5.5.9 Acondicionar os materiais em embalagem com resistência compatível com o transporte por ela adotado.

5.5.10 Caso haja necessidade de alteração do endereço de entrega informado no subitem 5.5.4, o novo local será informado ao fornecedor com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis.

5.6 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.6.1 Conferir, atestar e avaliar os materiais entregues, recusando, no todo ou em parte, aqueles que não estiverem em conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

5.6.2 Constatada qualquer não conformidade, a SME deverá comunicar formalmente à DETENTORA DA ATA, para que promova a correção da irregularidade ou a substituição do material, sem ônus para a Administração e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso.

5.6.3 Permitir o acesso dos representantes da DETENTORA DA ATA aos locais de entrega dos materiais, observadas as normas de segurança e controle de acesso da Administração.

5.6.4 Fornecer, quando necessário, as informações indispensáveis à execução do objeto, tais como textos, quantitativos, modelos, dimensões, artes, logotipos e demais especificações que componham a personalização dos materiais, por ocasião da emissão da Ordem de Fornecimento de Materiais (OFM).

5.6.5 Notificar formalmente a DETENTORA DA ATA acerca de vícios, defeitos ou imperfeições constatadas durante o prazo de garantia, fixando prazo para as providências cabíveis.

5.6.6 Prestar informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados pela DETENTORA DA ATA, e que digam respeito à natureza do objeto deste Termo de Referência.

5.6.7 Encaminhar à DETENTORA DA ATA os layouts, textos, logotipos e demais elementos necessários à personalização dos troféus e placas, quando aplicável.

5.6.8 Aprovar ou solicitar ajustes nas artes apresentadas pela DETENTORA DA ATA, quando aplicável, antes da produção definitiva.

5.6.9 A Administração deverá aprovar ou solicitar ajustes nas artes apresentadas pela DETENTORA DA ATA no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contado do seu recebimento.

5.6.10 Realizar os pagamentos devidos, conforme este Termo de Referência, a Ata de Registro de Preços e a legislação aplicável.

5.6.11 A Nota Fiscal será atestada pelos fiscais ou gestores formalmente designados pela Administração.

5.6.12 Após atestar a Nota Fiscal de entrega dos materiais, providenciar os procedimentos de liquidação e pagamento.

5.6.13 Acompanhar e fiscalizar as atividades desempenhadas pela CONTRATADA, de acordo com as normas descritas neste Termo e no Estudo Técnico Preliminar que o originou.

5.6.14 Solicitar a confecção dos prêmios com antecedência mínima de 7 (sete) dias corridos, formalmente, por e-mail.

5.6.15 Todas as comunicações relativas à execução ocorrerão preferencialmente por e-mail institucional, sem prejuízo de outros meios formais admitidos pela Administração.

5.7 OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA

5.7.1 Entregar os materiais de acordo com todas as exigências contidas neste Termo de Referência.

5.7.2 Cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

5.7.3 Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

5.7.4 Responsabilizar-se por todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, tais como: impostos, fretes, transporte, despesas trabalhistas, previdenciárias, seguros, bem como quaisquer outros custos necessários à fiel execução do objeto.

5.7.5 Executar o objeto deste Termo de Referência por meio de profissionais devidamente capacitados, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que seus empregados, no desempenho de suas funções, venham a causar à SME.

5.7.6 Apresentar à Administração, no prazo de até 3 (três) dias úteis após o recebimento das informações necessárias, a arte para aprovação, quando houver personalização.

5.7.7 Iniciar a fabricação somente após aprovação formal da arte pela Administração.

5.7.8 Produzir os materiais em estrita conformidade com a arte aprovada pela Administração.

5.7.9 Não substituir modelos, materiais, acabamentos ou especificações sem autorização formal da Administração.

5.7.10 Efetuar os ajustes solicitados pela Administração nas artes apresentadas, sem ônus adicional, no prazo de até 2 (dois) dias úteis após o recebimento da solicitação.

5.7.11 Os esclarecimentos que forem solicitados pela SME deverão ser prontamente atendidos pela DETENTORA DA ATA.

5.7.12 Comunicar imediatamente à Administração qualquer fato que possa comprometer os prazos de execução.

5.7.13 Comprometer-se a fornecer o objeto, em conformidade com as especificações contidas no Termo de Referência, e no caso de não ser o fabricante, responder solidariamente pelos vícios de qualidade e quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor.

5.7.14 Responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar à SME ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Termo de Referência, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores, independentemente das medidas preventivas adotadas.

5.7.15 Responsabilizar-se-á pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

5.7.16 Responsabilizar-se inteira e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à aquisição proveniente deste Termo de Referência, eximindo a SME das consequências de qualquer utilização indevida.

6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 A CONTRATADA submeter-se-á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização da Subsecretaria de Ensino - E/SUBE. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelo CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

6.2 A Fiscalização da execução do objeto caberá à comissão designada por ato da SME. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

6.3 A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização do contrato, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e esclarecimentos solicitados.

6.4 Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame das condições estabelecidas para o fornecimento e entrega dos materiais, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que possam comprometer o adequado cumprimento do fornecimento. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

6.5 A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne ao fornecimento e à entrega dos materiais contratados, bem como à sua conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE ou terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades no fornecimento dos materiais contratados não implicará corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

6.6 A nota fiscal referente à aquisição de material descrito neste Termo de Referência será atestada por três servidores designados por meio da Resolução SME “P” publicada em Diário Oficial. A atestação indicará que o recebimento se deu em condições satisfatórias para o Serviço Público Municipal.

6.7 Qualquer exigência da fiscalização inerente ao objeto nos termos do presente instrumento deverá ser prontamente atendida pela empresa, sem ônus para a CONTRATANTE.

6.8 A comunicação estabelecida entre os servidores da Comissão se dará por formalização por e-mail raquelasilva@rioeduca.net, subesme@rioeduca.net, contato telefônico (21) 2976-2336, reuniões emergenciais remotas e/ou presenciais, para a análise das demandas, que se apresentem no momento.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A futura contratação observará o disposto no Decreto Rio nº 55.822 de 24 de março de 2025.

7.2. Os pagamentos serão efetuados, após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964, observado o disposto nos art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme o disposto no Decreto Rio 55.822/2025, em 20 (vinte) dias úteis, a partir do atesto da nota fiscal.

7.2.1. O pagamento à empresa beneficiária será realizado em razão do efetivo fornecimento realizado e aceito, sem que a SME esteja obrigada a pagar o valor total do contrato, caso todo o quantitativo do objeto não tenha sido regularmente entregue e aceito.

7.2.2. A empresa DETENTORA DA ATA deverá estar ciente da PORTARIA FP/SUBEX/SUPTM Nº 01 de 26 de fevereiro de 2025, que disciplina a atualização do cadastro de conta corrente dos fornecedores e prestadores de serviços da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro para atender ao contrato nº 104/2022-SMFP e atender às suas determinações [1].

7.2.3. O pagamento será efetuado à DETENTORA DA ATA por meio de crédito em conta corrente aberta no CNPJ da empresa, em banco a ser indicado pela SME, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

7.3. O documento comprobatório da despesa deverá ser emitido no CNPJ do Município do Rio de Janeiro.

7.3.1. A autenticidade da Nota Fiscal Eletrônica, no caso de compra de material, deverá ser verificada junto ao site do Portal Nacional da Nota Fiscal Eletrônica e no caso de prestação de serviço, no site do respectivo Município.

7.4. O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado na Secretaria Municipal de Educação.

---

[1] Portaria FP/SUBEX/SUPTM n° 01, de 26 de fevereiro de 2025, Portaria republicada em 06/03/2025 para corrigir incorreções na publicação no D.O. de 27/02/2025.: "Art. 1º Todos os prestadores de serviço e fornecedores que receberão pagamento por meio desta Superintendência Executiva de Tesouro Municipal deverão possuir conta corrente no BANCO SANTANDER (Brasil) S.A., em virtude do contrato n.º 104/2022-SMFP, firmado com o Município do Rio de Janeiro, cujo extrato foi publicado no D.O. RIO n.º 84, de 19/07/2022, página. 107.
1º Estão dispensados da abertura de conta corrente, os seguintes prestadores de serviços e fornecedores, quando se tratar de:
I – pessoa física;
II – órgão público;
III – pessoa jurídica cujo pagamento por arquivo bancário enviado não exceda R$ 10.000,00 (dez mil reais);
IV – Instituições Financeiras;
V – contratação oriunda de financiamento com organismos multilaterais; e VI – contratação de multinacional com sede fora do país."

7.5. A DETENTORA DA ATA deverá estar ciente da Resolução CGM-Rio nº 2119, de 01 de setembro de 2026, instituída pela Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro, que dispõe sobre a obrigatoriedade do cadastro das Notas Fiscais diretamente no Sistema VERITAS.

7.5.1 Deverá ser enviado para atestação o comprovante de cadastro no sistema Veritas concomitantemente com a Nota Fiscal. O envio da Nota Fiscal apenas por e-mail ou por qualquer outro meio não substitui o cadastro no sistema e não será suficiente para fins de liquidação e pagamento.

7.6. No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à DETENTORA DA ATA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

7.7. O pagamento à DETENTORA DA ATA será realizado em razão do fornecimento efetivamente executado e aceito no período-base mencionado no item anterior sem que a SME esteja obrigada a pagar o valor total do Contrato.

7.8. O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada pro rata die, entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria Municipal de Educação.

7.9. O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à DETENTORA DA ATA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic, aplicáveis à mora da Administração Pública *pro rata die,* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança na SME e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% ao ano.

7.10. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 124 da Lei n.º 14.133/2021.

7.11. O prazo de execução será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, respeitando o disposto no Decreto Municipal nº 43.612/2017, em seu Art. 3º, Parágrafo único.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. A solução escolhida consiste na futura aquisição de troféus personalizados, em diferentes formatos, dimensões, materiais e configurações visuais, bem como placas de premiação, por meio de **Sistema de Registro de Preços - SRP**, visando ao atendimento

das demandas da Secretaria Municipal de Educação da Cidade do Rio de Janeiro relacionadas a eventos, projetos, ações e iniciativas de caráter pedagógico, educacional, cultural, científico, esportivo e institucional.

8.2. A seleção do fornecedor será realizada através da modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, por meio do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP**. A proposta mais vantajosa será aquela que apresentar o **MENOR PREÇO POR ITEM**, sendo o modo de disputa **ABERTO E FECHADO**. Esses parâmetros licitatórios encontram amparo legal no art. 28, inciso I, art. 33, inciso I e art. 56, combinados com o art. 82 da Lei 14.133/2021, e em consonância com o Decreto Rio 51.078/2022, julgando-se pertinente a aquisição pleiteada para este certame, atendendo aos requisitos das legislações vigentes.

8.2.1. A modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** demonstra-se a mais adequada para a aquisição dos itens descritos neste TR, os quais se caracterizam como bem comum, com padrão de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, conforme preconiza o art. 6º, inciso XIII da Lei 14.133/2021. O pregão eletrônico, por sua natureza, proporciona maior celeridade e transparência ao processo licitatório, ampliando a competitividade entre os fornecedores em âmbito nacional, o que contribui para a obtenção de melhores preços e maior economicidade para a Administração Pública.

8.2.2. A adoção do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP** justifica-se pela necessidade de aquisições frequentes e/ou parceladas dos itens. O SRP permite o registro formal de preços por um período determinado, possibilitando contratações futuras conforme a demanda da SME, sem a necessidade de novas licitações para cada aquisição, além de mitigar o fracionamento de despesa. Essa sistemática otimiza o processo de aquisição, reduzindo custos administrativos e o tempo despendido em novos certames, além de garantir o fornecimento contínuo do item. A utilização do SRP alinha-se aos princípios da eficiência e economicidade, buscando a melhor gestão dos recursos públicos.

8.2.3. A proposta mais vantajosa será aquela que apresentar o **MENOR PREÇO POR ITEM**, considerando que o objeto possui características e especificações próprias, não havendo necessidade de agrupamento ou interdependência com outros itens. O critério adotado favorece a competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

8.2.4. Para a etapa de lances no pregão eletrônico, será adotado o **modo de disputa ABERTO E FECHADO**. No que se refere à indicação do modo de disputa aberto e fechado, o art. 56 da Lei nº 14.133/2021 dispõe que o modo de disputa poderá ser determinado de forma isolada ou conjuntamente. Considerando o exposto, a adoção preferencial do modo de disputa combinado em relação às demais formas de competição (aberto ou fechado) vislumbra a obtenção da proposta mais vantajosa para as contratações desta Pasta de Educação.

8.3. Justificativa da eficiência da combinação dos parâmetros:

8.3.1. A combinação do **PREGÃO ELETRÔNICO** com o **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO**S e o critério de **MENOR PREÇO POR ITEM** com modo de disputa **ABERTO E FECHADO** otimiza o processo de aquisição, permitindo a contratação eficiente e econômica, ao longo do período de vigência da Ata de Registro de Preços, atendendo às necessidades da SME de forma ágil e eficaz. O SRP possibilita o planejamento das aquisições, considerando as demandas futuras e evitando a realização de licitações emergenciais. A adoção do menor preço por item mostra-se adequada, considerando que os objetos possuem características e especificações próprias, permitindo a contratação independente de cada item e favorecendo a competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração. O modo de disputa aberto e fechado alia a competitividade da fase aberta à possibilidade de apresentação de melhores propostas na fase fechada, enquanto o pregão eletrônico assegura maior transparência e competitividade ao certame. A combinação desses elementos busca, portanto, a melhor relação custo-benefício para a Administração Pública, garantindo economicidade e eficiência na gestão dos recursos públicos.

8.4. DA HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR:

8.4.1. Durante a fase de habilitação, as licitantes devem comprovar possuir os requisitos mínimos de qualificação técnica e econômico-financeira para execução de seu objeto e apresentar propostas que assegurem a verificação da sua capacidade, em executar o objeto da contratação, a serem detalhados neste Termo de Referência.

8.4.2. Durante a fase de habilitação, serão exigidas comprovações de regularidade fiscal, trabalhista, social e de qualificação técnica e econômico-financeira, conforme a Lei Federal nº 14.133/2021.

8.4.3. Como requisito de habilitação técnica deverá ser apresentada comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, por meio de certidão(ões) ou atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

8.4.4. Considerar-se-ão pertinentes com o objeto da licitação os atestados que demonstrem experiência anterior em fornecimentos compatíveis com o objeto da contratação.

8.4.5. Define-se como compatível com as quantidades da licitação a comprovação de no mínimo 20% (vinte por cento) da quantidade a ser licitada.

8.4.6. Prova de documentação comprobatória de regularidade jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira, em conformidade ao estabelecido no art. 68 da Lei Federal 14.133/2021.

8.5. Justificativa técnica e jurídica sobre a parcela de relevância técnica

8.5.1. Em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, que define parcela de maior relevância técnica como aquela cujo domínio de conhecimento específico impacta significativamente a qualidade do fornecimento dos produtos a serem adquiridos, observa-se que, no presente caso, trata-se da aquisição de itens que não possuem "parcelas", considerando sua característica unitária e especificidade. Desse modo não é possível definir partes/elementos com prevalência de significância técnica.

8.6. A contratada deverá apresentar declaração de que está ciente das condições de aquisição dos bens, de acordo com o art. 67, inciso VI, da Lei n° 14.133/2021.

8.6.1. Não tenha sido declarada inidônea por qualquer órgão da administração pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal.

8.7. AMOSTRA

8.7.1. Após a análise da documentação referente à fase de habilitação, a LICITANTE detentora da melhor oferta deverá enviar **amostra** dos objetos para análise do material. O envio da amostra deverá ser destinado ao Almoxarifado situado à **Avenida Marechal Rondon, nº 2.920 – Engenho Novo**, no prazo de até 4 (quatro) dias úteis a partir da solicitação do pregoeiro, podendo ser prorrogável por igual período, verificando o material no que se refere ao fornecimento, desempenho e qualidade dos itens a constar no Termo de Referência, visando ao atendimento do interesse da SME. Destaca-se que a amostra deverá representar fidedignamente o material que será entregue posteriormente.

8.7.2. As amostras apresentadas não serão contabilizadas como quantitativo de material entregue.

8.7.3. A análise das amostras poderá ser acompanhada pelas LICITANTES que assim o desejarem, garantindo transparência e permitindo que os interessados verifiquem o processo de avaliação de forma clara e objetiva.

8.7.4. A presença das LICITANTES durante a análise poderá ser feita de acordo com condições e horários estabelecidos previamente, com o intuito de assegurar a conformidade com as exigências do processo licitatório.

8.7.5. Os LICITANTES poderão solicitar vistas ao e-mail licitacaosme@rioeduca.net para acompanhar a análise das amostras apresentadas, conforme a 5ª Edição do Manual de Orientações e Jurisprudência do Tribunal de Contas da União – TCU, que reforça a importância da transparência e do direito ao contraditório nesses procedimentos.

8.7.6. Se a equipe responsável pela análise considerar as informações insuficientes e/ou tiver dúvidas em relação ao objeto, necessitando de informações adicionais, poderá solicitar os laudos ou documentos complementares que julgar necessários para confirmar que o produto atende ao descritivo solicitado.

8.7.7. As amostras encaminhadas para análise deverão representar fidedignamente o material que será entregue.

8.7.8. Caso a amostra apresentada não atenda à especificação e seja recusada, outras empresas, obedecendo a ordem de classificação do processo licitatório, serão convocadas para apresentarem suas amostras, que serão igualmente analisadas, conforme descrito nos itens anteriores.

8.7.9. Findado o prazo de vigência da ata de registro de preços o DETENTOR DA ATA poderá retirar a amostra em 30 (trinta) dias corridos, no local indicado pela SME.

8.8. Os fornecedores cujos preços foram registrados em Ata obrigam-se ao fornecimento dos bens e prestação dos serviços nos moldes estabelecidos por aquela licitação e pelo prazo de vigência da Ata.

8.9. No período de vigência da Ata de Registro de Preços, a Administração tem faculdade de contratar ou não o fornecimento dos materiais, ou seja, as quantidades são por estimativa, não se obrigando o Município do Rio de Janeiro a adquirir todas as quantidades estimadas. Ou seja, as quantidades sendo estimadas, ao término de vigência da Ata de Registro de Preços, o remanescente ficará automaticamente suprimido, ficando a Contratante desobrigada da aquisição total dos produtos e consequentemente, do seu pagamento.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado da contratação é de **R$ 174.729,60 (cento e setenta e quatro mil e setecentos e vinte e nove reais e sessenta centavos)**, tendo sido obtido em sede de pesquisa de mercado, conforme apresentado no Estudo Técnico Preliminar.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas oriundas da futura contratação ocorrerão, conforme dados abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA DA DESPESA	TIPO PATRIMONIAL	ITEM PATRIMONIAL
10.1601.16001.12.368.9807.4967	3.3.90.31	192	18

11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. A recusa da LICITANTE em assinar a ata de registro de preço, o termo de contrato ou em retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas.

11.2. Em razão das condutas previstas no art. 155 da Lei Federal n° 14.133/2021, a SME poderá, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas no art. 156 Lei nº 14.133/2021 e no art. 589 do RGCAF:

(a) Advertência;

(b) Multa;

(c) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;

(d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.3. A aplicação da sanção prevista na alínea "b" observará os seguintes parâmetros:

11.3.1 0,1% (um décimo por cento) até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, nos primeiros 15 (quinze) dias de atraso no fornecimento do objeto;
11.3.2 1% (um por cento) até 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, a partir do 16º (décimo sexto) dia útil de atraso no fornecimento do objeto;
11.3.3 Após o 15º (décimo quinto) dia útil de atraso no fornecimento do objeto, a Administração poderá optar pela extinção unilateral da avença e aplicar multa de 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo do Contrato.
11.3.4 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato na hipótese de recusa em assinar a Ata de Registro de Preço, o contrato ou retirar o instrumento equivalente.

11.3.5 0,1% (um décimo por cento) do valor do Contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará o CONTRATANTE a promover a extinção do Contrato e aplicar multa de 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo do Contrato.

11.3.6 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

11.4. As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

11.5. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquela prevista na alínea "b", e não excluem a possibilidade de extinção unilateral do Contrato.

11.6 As multas eventualmente aplicadas com base na alínea "b" do caput desta Cláusula não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

11.7. As multas deverão ser recolhidas no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade ou da publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. RIO do ato que as impuser.

11.8. O valor das multas vencidas e não pagas deverá ser compensado com as quantias devidas à CONTRATADA e/ou executada a garantia.

11.9. Quando do vencimento da penúltima e/ou da última fatura do contrato, o valor de eventual multa ainda pendente de recurso ou não vencida deverá ser retido das quantias devidas à CONTRATADA.

11.10. Nos casos em que o valor da multa venha a ser descontado da garantia, o valor desta deverá ser recomposto em 2 (dois) dias úteis, sob pena de extinção administrativa do Contrato.

11.11. A aplicação das sanções previstas no item 11.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.12. As multas eventualmente aplicadas com base na alínea "b" do caput desta Cláusula não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

11.13. A aplicação das sanções estabelecidas nas alíneas "a", "b" e "c" do caput desta Cláusula é da competência da Administração e a da alínea "d" é da competência exclusiva do titular do órgão ou autoridade máxima da entidade CONTRATANTE.

11.14. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12. GARANTIA

12.1. Considerando que o objeto da pretensa contratação consiste em material de consumo e envolve entregas imediatas, cuja natureza não implica riscos elevados de inadimplência ou descumprimento das obrigações contratuais, a exigência de garantia

será dispensada. Essa dispensa se justifica pela característica do contrato, que não demanda a proteção contra eventuais riscos, dada a imediata entrega do material e a natureza do fornecimento, que não envolve complexidade ou prazos extensivos.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Fazem parte da futura contratação as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2. Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e do vencimento, e serão considerados os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no CONTRATANTE.

13.3. A proposta de preços deverá ser redigida em língua portuguesa, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas, formulada em conformidade com o modelo constante do Anexo I deste Termo de Referência e as demais condições.

13.4. Aplica-se no que couber o disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte.

13.5. Trata-se da contratação de aquisição de produtos, não cabendo a submissão do presente administrativo à análise e parecer da CODESP, uma vez que a futura contratação não se enquadra em nenhuma das obrigatoriedades previstas no Decreto Rio nº 56.451, de 23 de julho de 2025.

13.6. Declaramos que, ao objeto da futura aquisição, não se aplica o disposto na PORTARIA "N" IPLANRIO N° 302 DE 09 DE MAIO DE 2023 e no DECRETO Nº 30.648 DE 5 DE MAIO DE 2009, tendo em vista não se tratar de aquisição de bens e/ou contratação de serviço de Tecnologia da Informação, mas de aquisição de bens comuns.

13.7. Considerando que a presente licitação se destina à aquisição de bens comuns, com entrega imediata e sem complexidade técnica, a formalização contratual poderá ser substituída por Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento de Material (OFM), conforme autorizado pelo art. 95, caput e inciso II, da Lei nº 14.133/2021. No entanto, mesmo diante da dispensa do instrumento contratual formal, a Administração Pública assegura seus direitos e a qualidade dos bens adquiridos por meio da aplicação integral das garantias legais previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90).

> **13.7.1.** Estas garantias responsabilizam o fornecedor por vícios ocultos ou defeitos aparentes, nos prazos e formas estabelecidos na referida lei. O recebimento dos bens não exime o fornecedor dessa responsabilidade, que persiste mesmo após a entrega. O descumprimento das especificações técnicas ou a constatação de vícios nos produtos sujeitará o fornecedor às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste TR, incluindo multas, suspensão temporária de participação em licitações e declaração de inidoneidade. Portanto, a substituição do contrato pela Nota de Empenho/OFM, conforme previsto no art. 95 da Lei nº 14.133/2021,

não implica renúncia à garantia dos direitos da Administração, que se mantém assegurada pelas disposições do CDC e pela aplicação das sanções administrativas cabíveis.

13.8. A futura contratada deverá observar as disposições do DECRETO RIO N° 55659, de 20 de janeiro de 2025 que Institui o Código de Integridade dos Fornecedores e Colaboradores Externos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

Raquel de Almeida Silva
E/SUBE
Mat.: 10/232.451-5

Antônio Carlos Tavares da Silva Júnior
E/SUBE
Mat.: 10/259.754-0

ANEXO I – MODELO PARA PROPOSTA DE PREÇO

(em papel timbrado ou personalizado do prestador de serviço/ fornecedor)

(O modelo aqui apresentado como envio de proposta de preço visa a facilitar a análise comparativa entre elas)

À
Secretaria Municipal de Educação
Att. Sr(a) _____

Razão Social: _____
CPF/CNPJ: _____
Endereço: _____
E-mail: _____ Telefone: ( ) _____
Banco: _____ Agência: _____ Conta Corrente:_____

I – CONDIÇÕES GERAIS DA PROPOSTA

A presente proposta é válida por 120 (cento e vinte) dias, contados da data de sua emissão.

II – OBJETO: Aquisição de placas e troféus de premiação dos eventos da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, nas condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência visando atender as necessidades da Rede Municipal de Ensino da Secretaria Municipal de Educação (SME) da Cidade do Rio de Janeiro, sendo:

III – PLANILHA DE PREÇOS

Item	Código do Material	Descrição detalhada	U/C	Tipo Empresa	Qtd. [A]	Valor Unitário [B]	Valor Total C=[A*B]
1	84.55.00.177-05	Troféu personalizado em formato de maquete temática, com altura entre 18 e 25 cm, composto por corpo principal e múltiplas peças fabricadas, recortadas, encaixadas ou sobrepostas. Base proporcional ao projeto e confeccionada, a critério do solicitante, em granito polido, MDF laminado, acrílico maciço com espessura mínima de 10 mm ou polipropileno injetado (PP), garantindo resistência e estabilidade ao conjunto. Combinar, no mínimo, dois tipos de materiais, entre peças produzidas em filamento por impressão 3D, acrílico, MDF recortado e chapa metálica. Poderá conter pelo menos três elementos temáticos fabricados individualmente, posicionados em diferentes planos, espessuras ou afastamentos, produzindo efeito tridimensional (3D) claramente perceptível. As dimensões individuais de cada elemento temático serão fornecidas pelo solicitante, de acordo com o projeto de cada evento, devendo ser respeitadas as dimensões totais máximas estabelecidas para o troféu e o layout previamente aprovado. Os modelos poderão variar em tema, formato, cores, materiais, dimensões dos elementos, composição	UN	GERAL	284		

		decorativa e conteúdo da personalização, conforme o evento, mantendo o padrão construtivo, a complexidade visual e a qualidade da amostra apresentada. A personalização poderá ser realizada por impressão UV, Vinil auto-clave, gravação a laser, silk-screen, adesivagem, placa aplicada, aplique em acrílico ou combinação dessas técnicas.					
2	84.55.00.177-05	Troféu personalizado em formato de maquete temática, com altura entre 18 e 25 cm, composto por corpo principal e múltiplas peças fabricadas, recortadas, encaixadas ou sobrepostas. Base proporcional ao projeto e confeccionada, a critério do solicitante, em granito polido, MDF laminado, acrílico maciço com espessura mínima de 10 mm ou polipropileno injetado (PP), garantindo resistência e estabilidade ao conjunto. Combinar, no mínimo, dois tipos de materiais, entre peças produzidas em filamento por impressão 3D, acrílico, MDF recortado e chapa metálica. Poderá conter pelo menos três elementos temáticos fabricados individualmente, posicionados em diferentes planos, espessuras ou afastamentos, produzindo efeito tridimensional (3D) claramente perceptível. As dimensões individuais de cada elemento temático serão fornecidas pelo solicitante, de acordo com o projeto de cada evento, devendo ser respeitadas as dimensões totais máximas estabelecidas para o troféu e o layout previamente aprovado. Os modelos poderão variar em tema, formato, cores, materiais, dimensões dos elementos, composição decorativa e conteúdo da personalização, conforme o evento, mantendo o padrão construtivo, a complexidade visual e a qualidade da amostra apresentada. A personalização poderá ser realizada por impressão UV, Vinil auto-clave, gravação a laser, silk-screen, adesivagem, placa aplicada, aplique em acrílico ou combinação dessas técnicas.	UN	ME/EPP	31		
3	84.55.00.177-05	Troféu em polímero metalizado a alto vácuo, com altura total entre 27 cm e 30 cm. Composição: componentes fabricados em polímero de alta resistência, contemplando base sólida (formato oitavado, quadrado, retangular ou circular), suporte, taça com alças e acabamento metalizado de alta durabilidade, incluindo pintura interna. Cores principais: combinação em dourado e/ou preto, podendo apresentar variação/alternativa da taça na cor prata. Montagem com ferragens internas/externas de fixação que garantam estabilidade estrutural ao conjunto (peso mínimo aproximado de 500g). Personalização: Acompanha placa metálica ou acrílica personalizada, fornecida e fixada na base do troféu, com dimensões mínimas de 7,0 cm (largura) x 5,0 cm (altura) (ou proporcional à face frontal da base), garantindo ampla área útil para a gravação clara e nítida de logotipos, brasão, símbolos e textos institucionais, conforme arte e orientações fornecidas pelo solicitante, sem sobreposição ou perda de legibilidade. Todos os insumos, placas e serviços de gravação estão incluídos no fornecimento.	UN	ME/EPP	266		
4	99.99.02.161-78	Placa de homenagem, com dimensões de 20 x 15 cm, espessura mínima de 1,0mm confeccionada em aço inoxidável, com acabamento escovado ou polido, conforme definição do solicitante. Placa gravada em alto e baixo relevo no processo fotocorrosão com pintura automotiva nas cores e aplicação de verniz. Placa com resistência ao desgaste, à abrasão e às condições ambientais. A gravação poderá contemplar cores diversas, conforme arte previamente aprovada, garantindo a fidelidade dos elementos gráficos e das cores institucionais. As bordas poderão apresentar corte reto ou arredondado, de acordo com o projeto aprovado. A placa deverá ser fornecida	UN	ME/EPP	180		

		acompanhada de estojo ou capa de veludo, com dimensões de 25x19X3 cm, nas opções de cores preto ou azul, conforme informação fornecida pelo solicitante compatível com suas dimensões e destinada à proteção e apresentação da peça.					

A presente proposta corresponde ao valor total de R$ _____ (_____).

Declaramos que o objeto cotado atende as exigências do Termo de Referência/Edital, relativas à especificação e características, inclusive técnicas e que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Termo de Referência/Edital.

Caso seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos em assinar a Ata de Registro de Preços, em assinar os contratos e a receber as ordens de fornecimento de materiais (OFMs), nota de empenho no prazo previsto no ato de convocação, indicando para esse fim o Sr. _____, identidade nº _____, CPF nº _____, _____ (cargo), como responsável legal desta empresa.

Declaramos que estamos cientes que a validade de ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação podendo ser prorrogadas nos termos da Lei nº 14.133/2021. O licitante declara que, nos valores apresentados acima, estão inclusos todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, custos e demais despesas que possam incidir sobre o fornecimento licitado, inclusive a margem de lucro.

Declaro ainda estar ciente de que a apresentação de propostas com valores acima dos praticados pelo mercado contribuem para o superfaturamento dos serviços, sujeitando-se à responsabilização solidária pelo dano evidenciado (Acórdão TCU nº 8497/2022 – Segunda Câmara).

Local e data

_____

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO II - MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO DE MATERIAL

ORDEM DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS

Nº____/_____

À

Empresa:		
Endereço:		
CNPJ:	**Telefone:**	
N° do Banco:	**Agência:**	**Conta Corrente:**

Solicitamos a Vossa Senhoria fornecer os materiais abaixo discriminados observadas as especificações constantes do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PE–RP – [SIGLA DO ÓRGÃO OU ENTIDADE LICITANTE] Nº ____/____ e/ou do TR anexo, da Ata de Registro de Preços acima referenciada e da sua Proposta de Preços, constante do Processo Administrativo nº _____ de ____/____/____, após a autorização do Órgão Gerenciador do Sistema.

1. OBJETO

O objeto da presente ordem de fornecimento é a aquisição dos seguintes materiais, conforme as especificações constantes do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PE–RP – [SIGLA DO ÓRGÃO OU ENTIDADE LICITANTE] Nº ____/____ e/ou do TR.

ITENS	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	QUANTIDADE REQUISITADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
TOTAL					

2. FORNECIMENTO

Os materiais deverão estar à disposição desta SME no prazo máximo de 30 (trinta) dias, prorrogável uma única vez por igual período, contados da retirada da Nota de Empenho.

3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

I. Entregar os materiais de acordo com todas as exigências contidas no TR e na Proposta;

II. Acondicionar os materiais em embalagem com resistência compatível com o transporte por ela adotado.

III. Substituir os materiais, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas e sem qualquer ônus para Requisitante, caso seja constatada a existência de defeitos ou a ocorrência de desconformidades com as especificações contidas no Edital e/ou no TR;

IV. Atender às determinações e exigências formuladas pelo Requisitante;

V. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas durante todo prazo de execução deste instrumento;

VI. Observar as demais condições contratuais constantes do Edital e do TR para o perfeito cumprimento deste instrumento.

4. DO PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados, após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964, observado o disposto nos art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme o disposto no Decreto Rio 55.822/2025, em 20 (vinte) dias úteis, a partir do atesto da nota fiscal.

Parágrafo Primeiro – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado no setor competente do órgão.

Parágrafo Segundo – O pagamento à empresa beneficiária será realizado em razão do efetivo fornecimento realizado e aceito, sem que o órgão esteja obrigado(a) a pagar o valor total do contrato caso todo o quantitativo do objeto previsto na cláusula segunda não tenha sido regularmente entregue e aceito.

Parágrafo Terceiro – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Quarto – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, *pro rata die* entre o 21º (vigésimo primeiro) dia útil contado da data da atestação documento de cobrança pelo setor competente e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% ao ano.

Parágrafo Quinto - O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada pro rata die, entre o dia do pagamento e o 20º (vigésimo) dia útil da data da atestação do documento de cobrança no setor competente.

Parágrafo Sexto – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

5. LOCAL DE ENTREGA:

Os materiais serão entregues nos locais indicados pelo(a) _____ [*órgão ou entidade requisitante*].

6. DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram e complementam a presente Ordem de Fornecimento de Materiais, o TR e a Proposta de Preços relativos ao PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PE–RP – [*SIGLA DO ÓRGÃO OU ENTIDADE]* Nº ____/____.

Rio de Janeiro, ____de _____ de 2025.

_____

AGENTE PÚBLICO COMPETENTE DO ÓRGÃO OU ENTIDADE CONTRATANTE

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

_____

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA CONTRATADA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

_____

TESTEMUNHA

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

_____

TESTEMUNHA

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

ANEXO III – RELATÓRIO DE ANÁLISE DA CAPACIDADE TÉCNICA

1 – Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços - Menor Preço por Item **/ N°:** xxxxxxxxxxx

2 – Base Legal: Lei Federal n° 14.133/2021

3 – Objeto da Contratação: Aquisição de TROFÉU E PLACAS, visando atender às necessidades da Rede Municipal de Ensino da Secretaria Municipal de Educação (SME) da Cidade do Rio de Janeiro, através do processo XXXXXXXXXXXX, pertencente à classe 8455 e 9999, devidamente descrito, caracterizado e especificado no Edital e/ou no Termo de Referência, na forma da Lei.

4 – Empresa: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

(A) – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – **ITEM X (descrição do item)**

A.1 – A empresa licitante deverá comprovar aptidão para desempenho de atividade perti- nente e compatível com o objeto da licitação, por meio de **certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado**.

A.2 – Considerar-se-á **pertinente com o objeto da licitação** os atestados que demonstra- rem **experiência anterior em fornecimento de objetos considerado compatíveis com o item** da licitação.

A.3 – Define-se **como compatível com as quantidades** da licitação a comprovação de **no mínimo 20% (vinte por cento)** da quantidade a ser licitada para cada item.

5 – Quadros referentes à análise dos documentos apresentados pela Empresa:

Quadro 1- Análise dos itens de cada documento apresentado

EMPRESA / INSTITUIÇÃO EMISSORA DO DOCUMENTO	DESCRIÇÃO DO(S) ITEM(NS) CONSIDERADO(S) NÃO COMPATÍVEL(IS) COM O OBJETO DA CONTRATAÇÃO (POR NÃO SEREM COMPATÍVEIS, SUAS QUANTIDADES NÃO SERÃO CONSIDERADAS)	DESCRIÇÃO DO(S) ITEM(NS) CONSIDERADO(S) COMPATÍVEL(EIS) COM O OBJETO DA CONTRATAÇÃO	QUANTIDADE(S) DO(S) ITEM(NS) CONSIDERADOS COMPATÍVEL(EIS) COM O OBJETO DA CONTRATAÇÃO (UNIDADES)
QUANTITATIVO TOTAL DOS ITENS COMPROVADOS, CONSIDERADOS COMPATÍVEIS COM O OBJETO DA LICITAÇÃO:			

Quadro 2 – Demonstrativo da conclusão (habilitação / inabilitação), a partir da análise dos documentos apresentados

ITEM A LICITAR	DESCRIÇÃO DO ITEM A LICITAR	QUANT. A LICITAR	% MÍNIMO EXIGIDO, PARA A COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA	QUANTIDADE CORRESPONDENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO EXIGIDO (UINDADES) (A)	QUANTITATIVO COMPROVADO PELA LICITANTE (B)	CONCLUSÃO Se (B) < (A) = INABILITADA Se (B) >= (A) = HABILITADA
I.1	Troféu personalizado em formato de maquete temática, com altura entre 18 e 25 cm, composto por corpo principal e múltiplas peças fabricadas, recortadas, encaixadas ou sobrepostas. Base proporcional ao projeto e confeccionada, a critério do solicitante, em granito polido, MDF laminado, acrílico maciço com espessura mínima de 10 mm ou polipropileno injetado (PP), garantindo resistência e estabilidade ao conjunto. Combinar, no mínimo, dois tipos de materiais, entre peças produzidas em filamento por impressão 3D, acrílico, MDF recortado e chapa metálica. Poderá conter pelo menos três elementos temáticos fabricados individualmente, posicionados em diferentes planos, espessuras ou afastamentos, produzindo efeito tridimensional (3D) claramente perceptível. As dimensões individuais de cada elemento temático serão fornecidas pelo solicitante, de acordo com o projeto de cada evento, devendo ser respeitadas as dimensões totais máximas estabelecidas para o troféu e o layout previamente aprovado. Os modelos poderão variar em tema, formato, cores, materiais, dimensões dos elementos, composição decorativa e conteúdo da personalização, conforme o evento, mantendo o padrão construtivo, a complexidade visual e a qualidade da amostra apresentada. A personalização poderá ser realizada por impressão UV, Vinil auto-clave, gravação a laser, silk-screen,	315	20%	95		(HABILITADA ou INABILITADA)

	adesivagem, placa aplicada, aplique em acrílico ou combinação dessas técnicas.					
II.2	Troféu em polímero metalizado a alto vácuo, com altura total entre 27 cm e 30 cm. Composição: componentes fabricados em polímero de alta resistência, contemplando base sólida (formato oitavado, quadrado, retangular ou circular), suporte, taça com alças e acabamento metalizado de alta durabilidade, incluindo pintura interna. Cores principais: combinação em dourado e/ou preto, podendo apresentar variação/alternativa da taça na cor prata. Montagem com ferragens internas/externas de fixação que garantam estabilidade estrutural ao conjunto (peso mínimo aproximado de 500g). Personalização: Acompanha placa metálica ou acrílica personalizada, fornecida e fixada na base do troféu, com dimensões mínimas de 7,0 cm (largura) x 5,0 cm (altura) (ou proporcional à face frontal da base), garantindo ampla área útil para a gravação clara e nítida de logotipos, brasão, símbolos e textos institucionais, conforme arte e orientações fornecidas pelo solicitante, sem sobreposição ou perda de legibilidade. Todos os insumos, placas e serviços de gravação estão incluídos no fornecimento.	266		80		(HABILITADA ou INABILITADA)
III.3	Placa de homenagem, com dimensões de 20 x 15 cm, espessura mínima de 1,0mm confeccionada em aço inoxidável, com acabamento escovado ou polido, conforme definição do solicitante. Placa gravada em alto e baixo relevo no processo fotocorrosão com pintura automotiva nas cores e aplicação de verniz. Placa com resistência ao desgaste, à abrasão e às condições ambientais. A gravação poderá contemplar cores diversas, conforme arte previamente aprovada,	180		54		

	garantindo a fidelidade dos elementos gráficos e das cores institucionais. As bordas poderão apresentar corte reto ou arredondado, de acordo com o projeto aprovado. A placa deverá ser fornecida acompanhada de estojo ou capa de veludo, com dimensões de 25x19X3 cm, nas opções de cores preto ou azul, conforme informação fornecida pelo solicitante compatível com suas dimensões e destinada à proteção e apresentação da peça.					(HABILITADA ou INABILITADA)

6 – Conclusão da análise dos documentos:

(Capacidade comprovada – HABILITADA)
Em estrita conformidade com a legislação vigente e com os critérios estabelecidos no Edital e no Termo de Referência, quanto a **DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, o(s) documento(s) apresentado(s) pela licitante foi(ram) minuciosamente analisado(s) e ficou comprovado que a referida empresa **atende** aos critérios de qualificação técnica definidos, pois o(s) documento(s) ratifica(m) pertinência com o objeto da licitação, em quantidades **compatíveis** com a exigida por esta Subsecretaria de Ensino, de no mínimo de 20% (vinte por cento), da quantidade a ser licitada. Sendo assim, concluímos que a empresa YYY encontra-se **HABILITADA** para a contratação do ITEM Z (descrição do item).

(Capacidade comprovada parcialmente – INABILITADA)
Em estrita conformidade com a legislação vigente e com os critérios estabelecidos no Edital e no Termo de Referência, quanto a **DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, o(s) documento(s) apresentado(s) pela licitante foi(ram) minuciosamente analisado(s) e ficou comprovado que a referida empresa **atende parcialmente** aos critérios de qualificação técnica definidos, pois o(s) documento(s) ratifica(m) pertinência com o objeto da licitação, mas as quantidades **não são compatíveis** com a exigida por esta Subsecretaria de Ensino, de no mínimo de XX% (xx por cento), da quantidade a ser licitada para cada item. Sendo assim, concluímos que a empresa YYY encontra-se **INABILITADA** para a contratação do ITEM Z (descrição do item).

(Capacidade não comprovada – INABILITADA)
Em estrita conformidade com a legislação vigente e com os critérios estabelecidos no Edital e no Termo de Referência, quanto a **DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, o(s) documento(s) apresentado(s) pela licitante foi(ram) minuciosamente analisado(s) e ficou comprovado que a referida empresa **não atende** os critérios de qualificação técnica definidos, pois o(s) documento(s) não ratifica(m) pertinência com o objeto da licitação. Sendo assim, concluímos que a empresa YYY encontra-se **INABILITADA** para a contratação do ITEM Z (descrição do item).

Rio de Janeiro, XX de XXXXXXXXXX de 2026.

NOME DO RESPONSÁVEL PELA ANÁLISE
Função do Responsável pela análise
Matrícula: xx/xxx.xxx-x

ANEXO II – QUADRO ESTIMATIVO DE VALORES

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
ORÇAMENTÁRIA FINANCEIRA
GFERÊNCIA DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

QUADRO ESTIMATIVO

OBJETO: Aquisição de TROFÉUS personalizados e PLACAS de premiaça o para atender a Secretaria Municipal de Educação da Cidade do Rio de Janeiro, para utilização em eventos, projetos, ações e iniciativas de caráter pedagógico, educacional, cultural, científico, esportivo e institucional promovidos pela Rede Municipal de Ensino, por meio de licitação.seleção do fornecedor sera realizada atrave s da modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, por meio do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP. A proposta mais vantajosa sera aquela que apresentar o MENOR PREÇO POR ITEM, sendo o modo de disputa ABERTO E FECHADO. Esses para metros licitato rios encontram amparo legal no art. 28, inciso I, art. 33, inciso I e art. 56, combinados com o art. 82 da Lei 14.133/2021, e em consona ncia com o Decreto Rio 51.078/2022, julgando-se pertinente a aquisiça o pleiteada para este certame, atendendo aos requisitos das legislações vigentes.

ITEM	CÓDIGO SIGMA	NOE PADRONIZADO DO MATERIAL	U/C	TIPO DE EMPRESA	QUANTIDADE (A)	VALOR UNITÁRIO (B)	VALOR TOTAL DO ITEM C = (A*B)
1	84.55.00.177-05	Troféu personalizado em formato de maquete temática, com altura entre 18 e 25 cm.	un	GERAL	284	R$ 343,00	R$ 97.412,00
2	84.55.00.177-05	Troféu personalizado em formato de maquete temática, com altura entre 18 e 25 cm.	un	ME/EPP	31	R$ 343,00	R$ 10.633,00
3	84.55.00.177-05	Troféu em polímero metalizado a alto vácuo, com altura total entre 27 cm e 30 cm.	un	ME/EPP	266	R$ 160,20	R$ 42.613,20
4	99.99.02.161-78	Placa de homenagem, com dimensões de 20 x 15 cm.	un	ME/EPP	180	R$ 133,73	R$ 24.071,40
VALOR TOTAL ESTIMADO	R$ 174.729,60	(CENTO E SETENTA E QUATRO MIL SETECENTOS E VINTE E NOVE REAIS E SESSENTA CENTAVOS)					Data do orçamento: 20/10/2026

ANEXO III
(MODELO)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PE–RP –SME Nº 2093/2026

VALIDADE: ____/_____/_____

Aos dias ___ do mês de____do ano de___,na Rua Afonso Cavalcanti, 455, o **MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO,** por meio da Secretaria Municipal de Educação, nos termos das normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021,** pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990** e suas alterações, pelo Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro – **CAF**, instituído pela Lei nº 207/1980, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar nº 1/1990, pelo Regulamento Geral do Código supra citado – **RGCAF**, aprovado pelo Decreto Municipal nº 3.221/1981, e suas alterações, e pelos **Decretos Municipais nº 27.715/2007, 31.349/2009, 46.195/2019, 49.415/2021, 51.078/2022, 51.260/2022, 51.628/2022, 51.629/2022, 51.631/2022, 51.632/2022, 51.634/2022, 51.635/2022 e 57.409/2025**, em face do resultado do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PE–RP – SME Nº _____, realizado por meio do processo administrativo nº 000700.010521/2026-25, homologado em ____/___/___ e publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO de ____/___/___, RESOLVE registrar os preços das empresas classificadas, por objeto, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas Cláusulas que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o registro de preços para a aquisição de TROFÉUS personalizados e PLACAS de premiação para atender aos órgãos e entidades da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro – PCRJ que se interessarem, consoante o disposto no Edital de PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PE–RP – SME Nº ____/____ e/ou no Termo de Referência.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA	
EMPRESA		PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
REPRESENTANTE LEGAL:			

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir da data da sua publicação no Diário Oficial do Município - D.O. RIO, acompanhada da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Portal de Compras da Prefeitura do Rio de Janeiro (E-Compras Rio).

Parágrafo Primeiro - A Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada pelo prazo máximo previsto no *caput* desta cláusula, por meio de termo aditivo, desde que comprovado que o preço permanece vantajoso e atestado pela fiscalização o bom desempenho da empresa com relação às obrigações anteriormente assumidas.

Parágrafo Segundo - A prorrogação da vigência da ata de registro de preços deve ser precedida de ampla pesquisa de mercado, a fim de verificar a adequação dos preços registrados no momento da prorrogação, aferida por meio dos requisitos previstos no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Terceiro - Quando da prorrogação poderá haver renovação dos quantitativos, até o limite originalmente registrado.

CLÁUSULA TERCEIRA – ORDEM DE FORNECIMENTO

O fornecimento dos materiais cujos preços ora são registrados será requisitada por intermédio da apresentação da Ordem de Fornecimento correspondente.

Parágrafo Único – Cada Ordem de Fornecimento conterá, sucintamente:

a) o número da Ata;

b) a descrição do produto;

c) o local, hora e prazo do fornecimento;

d) o valor da requisição;

e) as condições de pagamento;

f) as penalidades;

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados à empresa beneficiária após a regular liquidação da despesa, nos termos do **art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964**, observado o disposto no **art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021**, e conforme o disposto no Decreto Rio 55.822/2025, em 20 (vinte) dias úteis, a partir do atesto da nota fiscal.

Parágrafo Primeiro – Nos casos aplicáveis, compete à Contratada, nos termos do Decreto Rio nº 57.409/2025 e Resolução CGM-RIO nº 2.119/2026, com alterações posteriores, realizar o registro eletrônico do documento de cobrança no sistema eletrônico para registro de documentos comprobatórios, antes do envio para liquidação. Após o registro, o documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Segundo – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Terceiro – O pagamento à empresa beneficiária será realizado em razão do efetivo fornecimento realizado e aceito, sem que a Secretaria Municipal de Educação esteja obrigada a pagar o valor total do contrato caso todo o quantitativo do objeto previsto na cláusula segunda não tenha sido regularmente entregue e aceito.

Parágrafo Quarto – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorram de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de atualização monetária e juros de mora, calculados de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, pro rata die, entre o primeiro dia útil subsequente ao término do prazo de 20 (vinte) dias úteis previsto no caput desta Cláusula e a data do efetivo pagamento.

Parágrafo Quinto – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE[2], a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

CLÁUSULA QUINTA – CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO DO MATERIAL

O fornecimento dos materiais obedecerá à conveniência e às necessidades da Administração.

Parágrafo Primeiro – Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas a fornecer os materiais, observadas as condições do Termo de Referência (Anexo I) e desta Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Segundo – O Órgão Gerenciador promoverá periodicamente pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição para a requisição dos materiais e/ou publicação dos preços registrados no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO.

Parágrafo Terceiro – O fornecimento dos materiais será precedido de preenchimento, pelo Órgão Participante, do respectivo formulário "ORDEM DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS", que será entregue às empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados, após aquiescência do Órgão Gerenciador, com a antecedência mínima descrita no Termo de Referência (Anexo I), para entrega no local indicado.

Parágrafo Quarto – A contratação somente estará caracterizada após o recebimento da "ORDEM DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS", devidamente acompanhada da competente Nota de Empenho.

Parágrafo Quinto – As empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se obrigam a manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas neste Pregão.

---

[2] No ato da contratação, a empresa deverá possuir conta corrente, nos termos da Portaria FP/SUBEX/SUPTM N° 06 de 31 de agosto de 2022.

Parágrafo Sexto – Como condição para o fornecimento dos materiais, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se comprometem a apresentar a documentação referente à sua habilitação devidamente atualizada.

Parágrafo Sétimo – No caso de produtos importados, toda a documentação relativa à importação deverá estar disponível a qualquer tempo.

Parágrafo Oitavo – A aceitação dos produtos pela Administração não exclui a responsabilidade civil da empresa beneficiária por vícios de quantidade ou qualidade dos itens ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência (Anexo ____), ainda que verificados posteriormente.

Parágrafo Nono – A Administração poderá exigir amostra ou prova de conceito do bem no período de vigência da Ata de Registro de Preços, conforme previsto no Edital e desde que justificada a necessidade de sua apresentação.

Parágrafo Décimo – Será de responsabilidade do Beneficiário que tiver seus preço(s) registrado(s) o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando–se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do edital e com as obrigações assumidas na presente Ata de Registro de Preço.

Parágrafo Décimo Primeiro – O inadimplemento de qualquer item do Edital ou desta Ata ensejará, a critério do Titular do Órgão Gerenciador, o cancelamento do registro do preço do inadimplente, sem prejuízo das penalidades previstas no Edital.

CLÁUSULA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A recusa da assinante da Ata de Registro de Preços em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, independentemente do disposto no subitem 21.4 do Edital, sujeitando–a às penalidades previstas no parágrafo segundo desta Cláusula.

Parágrafo Primeiro – Em razão das condutas previstas no art. 155 da Lei Federal n° 14.133/2021, a Secretaria Municipal de Educação poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes **sanções**, previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 589 do RGCAF:

(a) **Advertência**;
(b) **Multa**;
(c) **Impedimento de licitar e contratar**, pelo prazo de até 3 (três) anos;
(d) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**.

Parágrafo segundo – A aplicação da sanção prevista na alínea "b" corresponderá a 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato.

Parágrafo Terceiro – É de competência do gerenciador da Ata de Registro de Preços a aplicação das sanções previstas no parágrafo primeiro desta Cláusula, que somente serão impostas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

Parágrafo Quarto – As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquela prevista na alínea "b", e não excluem a possibilidade de extinção unilateral do Contrato.

Parágrafo Quinto – As multas eventualmente aplicadas com base na alínea "b" do caput desta Cláusula não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

Parágrafo Sexto – A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Parágrafo Sétimo – A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos

previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

CLÁUSULA SÉTIMA – ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS OU CANCELAMENTO DA ATA E DO PREÇO REGISTRADO

Os preços registrados poderão ser alterados em razão de reajuste, revisão ou verificação de que se tornaram superiores à média dos valores cobrados pelo mercado.

Parágrafo Primeiro - Aplicam-se aos preços registrados as regras de reajuste no edital.

Parágrafo Segundo - Na hipótese de ocorrência de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que acarretem modificação significativa e suficiente a alterar o custo de fornecimento dos bens ou a prestação dos serviços e inviabilize a execução tal como pactuado, os preços registrados poderão ser revistos, cabendo ao órgão gerenciador realizar as negociações necessárias junto aos beneficiários do registro de preços, observado o procedimento regulamentado pelo Decreto Rio nº 36.665, de 1º de janeiro de 2013.

Parágrafo Terceiro - O Órgão Gerenciador deverá acompanhar a evolução das condições de mercado dos preços registrados.

Parágrafo Quarto - Caso os preços registrados se tornem superiores à média dos preços apurados em pesquisa, o órgão gerenciador deverá:

a) convocar os fornecedores/prestadores registrados, obedecida a ordem de classificação, com vistas a negociar a redução dos preços e sua adequação aos praticados pelo mercado;

b) frustrada a negociação prevista na letra "a" acima, convocar os demais fornecedores/prestadores, na ordem de classificação obtida na licitação, com vistas a igual oportunidade de negociação.

c) se os preços propostos permanecerem superiores à média dos de mercado, o fato será registrado nos autos do processo, promovendo-se a contratação por meio de nova licitação ou diretamente, com fundamento no art. 75, inciso III, alínea "b", da Lei Federal nº 14.133/2021, cancelando-se a Ata.

d) na hipótese de cancelamento da Ata prevista na letra "c" acima, os fornecedores/prestadores beneficiários do registro serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas;

Parágrafo Quinto - Caso a empresa beneficiária, mediante requerimento devidamente comprovado, demonstrar impossibilidade de cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) liberar o beneficiário do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e documentos comprobatórios apresentados, e se a comunicação, devidamente formalizada, ocorrer antes do pedido de fornecimento ou da solicitação do serviço;

b) convocar as demais empresas que aceitaram cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

c) não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá cancelar a Ata de Registro de Preços para aquele item específico, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

Parágrafo Sexto - A Ata de Registro de Preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
a) pelo decurso do prazo de vigência;

b) pelo cancelamento de todos os preços registrados;

c) por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, mediante demonstração suficiente;

d) por razões de interesse público, devidamente justificadas;

e) no caso de substancial alteração das condições de mercado.

Parágrafo Sétimo - A beneficiária será excluída da Ata, por iniciativa da Administração, quando:

a) não assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

b) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato;
c) for liberada;

d) descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

e) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desse se tornar superior àqueles praticados no mercado;

f) sofrer a sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

g) não aceitar o preço revisado pela Administração;

Parágrafo Oitavo - No caso de cancelamento da ata, de item específico ou de exclusão da beneficiária por iniciativa da Administração Pública Municipal, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Nono - Na hipótese prevista no parágrafo anterior, o fornecedor/prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

Parágrafo Décimo - Na hipótese de exclusão da beneficiária, serão convocados os licitantes remanescentes para a assinatura da Ata, respeitada a ordem de classificação e observado o preço da proposta vencedora, bem como os requisitos de habilitação e o disposto no item 12.9 do edital.

Parágrafo Décimo Primeiro - O cancelamento dos preços registrados deverá ser formalizado por escrito e comunicado à empresa beneficiária por meio de correspondência com aviso de recebimento e por publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. RIO, juntando-se o comprovante da notificação aos autos do processo em que reduzido a termo o registro de preços.

CLÁUSULA OITAVA – FORO

Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata, o Edital do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PE–RP – **SME** Nº ____/____ e as propostas de preço das licitantes vencedoras do mencionado Pregão.

E por estarem justos e acordados, assinam a presente em ___ (_____) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro,_____de_____de_____.

Pregoeiro

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Agente Público competente do órgão ou entidade contratante

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Representante Legal da Empresa contratada

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

Testemunha

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Testemunha

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

ANEXO IV
(MODELO)

ORDEM DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS – OFM

O modelo se encontra no Termo de Referência (Anexo I deste Edital)

AQUIESCÊNCIA DO ÓRGÃO GERENCIADOR

Ratifico que o fornecimento de materiais solicitado pelo requisitante se encontra em consonância com a expectativa (máxima) de fornecimento informada pelo Órgão Participante.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____.

_____

Agente Público competente do Órgão Gerenciador
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

(*em papel timbrado da empresa*)

[*denominação/razão social da sociedade empresarial*], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº_____, por intermédio de seu(sua) representante legal o(a) Sr(a). _____, portador(a) da carteira de identidade nº_____ e inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº _____, DECLARA, para fins do disposto no item do Edital de n°____/_____ e sob as penas da lei, se comprometer a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e está ciente de que nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto desta contratação, ou de outra forma a ele não relacionada, nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013.

DECLARA ainda estar ciente de que a responsabilidade da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, abrangendo as sociedades controladoras, controladas, coligadas ou consorciadas para o contrato, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

_____

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO

Para a execução deste instrumento jurídico, a CONTRATADA, por meio de seu representante, declara não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como os ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente aos órgãos na linha hierárquica da área encarregada da contratação.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

_____

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO VII
DECLARAÇÃO REF. ARTIGO 2º, PARÁGRAFO ÚNICO, DO DECRETO RIO Nº 19.381/2001 E ART. 9º, § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ n°_____.

[endereço da sociedade empresarial]

DECLARAMOS, sob as penalidades cabíveis, que não participam dos nossos quadros funcionais profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da Administração Direta ou Indireta do Município, nos últimos 12 (doze) meses, nos termos do parágrafo único do artigo 2º do Decreto Rio nº 19.381/01.

DECLARAMOS, de igual turno, sob as penalidades cabíveis, que não dispomos em nosso quadro societário de nenhum familiar de agente público vinculado direta ou indiretamente a unidades administrativas na linha hierárquica daquela encarregada da contratação, independentemente da modalidade adotada, nos termos do art. 7º do Decreto Rio nº 49.414/2021.

DECLARAMOS, ainda, que não participam de nossos quadros funcionais agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

Rio de Janeiro, _____ de _____de _____.

_____

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO REF. AO DECRETO RIO Nº 23.445/2003

(em papel timbrado da empresa)

_____ [*órgão ou entidade licitante*] Ref. Licitação n° ___/____ _____ [*denominação/razão social da sociedade empresarial*], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o n° _____, por intermédio do seu(sua) representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da carteira de identidade n° _____ e inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o n° _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso VI, do art. 68, da Lei Federal n° 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: ( ) Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Rio de Janeiro, _____de _____de _____.

_____

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO IX
DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO
ART. 63, inciso I e § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ n°_____.

[endereço da sociedade empresarial]

Considerando o inciso I do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que atendemos aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Considerando o disposto no § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS, sob pena de desclassificação, que nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Rio de Janeiro, _____ de _____de _____.

_____

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO X
DECLARAÇÃO ME/EPP

(em papel timbrado da empresa)

_____ *[denominação/razão social da sociedade empresarial]*, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu(sua) representante legal o(a) Sr(a). _____, portador(a) da carteira de identidade nº _____e inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº _____, DECLARA, para fins do disposto no item _____do Edital de n°___/___ e sob as penas da lei, atender os requisitos para enquadramento como microempresa/empresa de pequeno porte e não incorrer em qualquer dos impedimentos para se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado correspondente conferido pela legislação em vigor, nos termos do artigo 3º, da Lei Complementar Federal nº 123/06.

RESSALVA: ( ) Há regularidade fiscal ( ) Não há regularidade fiscal

Rio de Janeiro, _____ de _____de _____.

_____

CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

A presente Declaração deverá ser acompanhada de certidão expedida pela Junta Comercial da sede ou do domicílio da microempresa ou empresa de pequeno porte licitante para comprovação do respectivo enquadramento como tal, apresentada no original ou em cópia autenticada, conforme Instrução Normativa nº 103/2007 do DNRC, publicada no DOU de 22/05/2007.

ANEXO XI
MODELO DE PROPOSTA

O modelo se encontra no Termo de Referência (Anexo I deste Edital)

ANEXO XII
DECLARAÇÃO DE QUANTIDADE DE EMPREGADOS

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial] Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ n°_____. [endereço da sociedade empresarial]

Nos termos do art. 93 da Lei Federal nº 8.213/1991, DECLARO, sob as penalidades cabíveis, possuir menos de 100 (cem) empregados, não estando obrigada a cumprir a reserva de cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

_____

CONTRATADAREPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)